

# Guia para desenvolvimento de políticas institucionais de acessibilidade e inclusão das PcD nas Universidades Públicas Federais do Brasil

Bárbara Larissa Alexandre Filgueira





# **Guia para desenvolvimento de políticas institucionais de acessibilidade e inclusão das PcD nas Universidades Públicas Federais do Brasil**

**Bárbara Larissa Alexandre Filgueira**





(abre aspas) “Nenhum resultado a respeito das pessoas com deficiência haverá de ser gerado sem a plena participação das próprias pessoas com deficiência” (fecha aspas) (SASSAKI, 2011, p. 1).

Sasaki (2011, p. 1).

# Ficha Editorial

Autora

**Bárbara Larissa Alexandre Filgueira**

Orientação

**Cesar Augusto Cusin**

Projeto gráfico editorial e diagramação

**Hemerson Soares da Silva**

---

Ficha catalográfica elaborada por Bárbara Larissa Alexandre Filgueira - CRB-3 1615/O

---

F481g Filgueira, Bárbara Larissa Alexandre.

Guia para desenvolvimento de políticas institucionais de acessibilidade e inclusão das PcD nas Universidades Públicas do Brasil. / Bárbara Larissa Alexandre Filgueira. – 2021.

139 p.; il.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Cusin

1. Política institucional de acessibilidade. 2. Pessoas com deficiência. 3. Ensino superior. I. Cusin, Cesar Augusto (Orient.) II. Universidade Federal do Cariri - Mestrado em Biblioteconomia. III. Título.

CDD: 371.9 / CDU: 378

---

# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	9
<b>1 Introdução</b> .....	11
<b>2 Sugestões à unidade responsável pela execução da política de acessibilidade: núcleo de acessibilidade</b> .....	15
2.1 Objetivo do núcleo de acessibilidade .....	18
2.2 Características do núcleo de acessibilidade.....	19
2.3 Das responsabilidades do núcleo de acessibilidade .....	19
<b>3 Legislação relativa ao direito à educação e à acessibilidade</b> .....	25
<b>4 Definições e conceitos acerca de acessibilidade, inclusão e pessoas com deficiência</b> .....	39
<b>5 Público-alvo da política: pessoas com deficiência e suas tipologias</b> .....	51

<b>6 Orientações quanto às ações e atitudes nos diversos contextos de acessibilidade das pessoas com deficiência na universidade</b> .....	<b>59</b>
6.1 Ações e atitudes no contexto arquitetônico .....	61
6.2 Ações e atitudes no contexto comunicacional .....	66
6.3 Ações e atitudes no contexto metodológico.....	71
6.4 Ações e atitudes no contexto instrumental .....	78
6.5 Ações e atitudes no contexto programático .....	80
6.6 Ações e atitudes no contexto atitudinal .....	82
<b>7 Avaliação da efetividade da política (Checklists)</b> .....	<b>89</b>
<b>8 Considerações finais</b> .....	<b>119</b>
<b>Referências</b> .....	<b>121</b>
<b>Anexo: Ilustrações de alguns instrumentos de acessibilidade</b> ..	<b>129</b>

# Apresentação

Este guia é um produto de pesquisa da dissertação intitulada (abre apóstrofo<sup>1</sup>) **'Proposta de um guia para desenvolvimento de políticas institucionais de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência nas universidades públicas federais'** (fecha apóstrofo), vinculado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Cariri (PPGB/UFCA). Sendo destinado ao setor de acessibilidade das universidades públicas federais.

Tem como finalidade orientar as universidades públicas federais, quanto aos parâmetros adotados no desenvolvimento de políticas institucionais de acessibilidade e inclusão das Pessoas com Deficiência (PcD), no contexto do ensino superior.

Nesse sentido, a política de acessibilidade trata-se de um documento institucional normativo criado com o propósito de promover acessibilidade e inclusão das PcD na universidade, tendo como relevância garantir a permanência com qualidade desse público no âmbito acadêmico, e *a posteriori*, gerar oportunidades no mercado profissional.

---

1 Neste guia, todos os textos que estão precedidos e sucedidos, respectivamente, pelas expressões dentro de parênteses: abre aspas, fecha aspas; ou, abre apóstrofo, fecha apóstrofo, tem o intuito de permitir a leitura correta das frases entre aspas/apóstrofos pelo leitor de tela da PcD visual.



# 1

## Introdução

(abre aspas) “A Biblioteconomia social ao transcender a técnica bibliotecária, não veio para modificar a Biblioteconomia, mas sim agregar o fundamento social à área, através da atuação do bibliotecário como agente de transformação da sociedade. Desse modo, o papel desse profissional para com as pessoas com deficiência, trata-se de apoiá-las nas garantias de uma educação de excelência em meio a uma sociedade até então, injusta e desigualitária” (fecha aspas).

Bárbara L. A. Filgueira

Na seção introdutória da política institucional de acessibilidade deve-se abordar a apresentação da universidade contendo um breve histórico, missão, visão, os princípios e a estrutura organizacional da instituição. Desse modo, tais informações são relevantes, visto que seu escopo deve estar alinhado a esses principais elementos que compõem uma instituição e também o leitor deve estar ciente sobre o contexto vivenciado pelo público-alvo da política.

A política de acessibilidade é um documento institucional normativo de relevância estratégica, que abrange diretrizes para promover acessibilidade e inclusão das PcD, de acordo com a legislação nacional vigente. Desse modo, elenca didaticamente a acessibilidade em seus diversos contextos, que são: arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica, programática e atitudinal. A abordagem dialógica dessas diversas nuances, tem por finalidade promover a possibilidade não apenas do ingresso da PcD na universidade, mas também a sua permanência com qualidade e supressão das mais diversas barreiras.

No que diz respeito ao papel social da política institucional de acessibilidade, assim como a Lei de Cotas assegura o ingresso das PcD no meio acadêmico, a política responsabiliza-se pela permanência das PcD na universidade promovendo um percurso produtivo até a conclusão do curso. Com efeito, haverá maior índice de PcD graduadas no ensino superior com melhor habilitação, e assim, propicia-se a geração de oportunidades no mercado de trabalho.

Sendo assim, corrobora diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, visando modificar a sociedade através da educação ao reconhecer o seu papel como principal impulsionador para o desenvolvimento (UNESCO, 2015). Ademais, a política promove não apenas a transformação do meio físico, mas também da comunidade como um todo, visto que esclarece acerca de como desenvolver e se comportar para com as PcD.

No que diz respeito aos objetivos da política, devem estar pautados na implantação de uma cultura de acessibilidade e inclusão das PcD, em todo o contexto da instituição na qual ela foi destinada.

Para isso, sugere-se estruturá-la da seguinte maneira:

- a) definir a responsabilidade executora da política de acessibilidade;
- b) refletir acerca da legislação relativa ao direito da PcD à educação e à acessibilidade;
- c) explanar as definições e conceitos relacionados à acessibilidade, inclusão e PcD;
- d) descrever o público-alvo, bem como as tipologias de deficiência;
- e) orientar quanto às ações e atitudes nos diversos contextos de acessibilidade em relação à qualidade de vida das PcD no âmbito das universidades;
- f) avaliar a efetividade da política através da elaboração de *checklists*.

Nesse ínterim, infere-se que as etapas anteriores são essenciais para abordagem de implantação da cultura de acessibilidade, através da informação em conjunto com sugestões de boas práticas para a comunidade acadêmica.

Na sequência serão apresentadas sugestões para a unidade responsável pelo planejamento, elaboração, fiscalização e avaliação das diretrizes estabelecidas na política de acessibilidade.



Ilustração de Freepik/Flaticon.



# 2

## Sugestões à unidade responsável pela execução da política de acessibilidade: núcleo de acessibilidade

(abre aspas) “[...] a Educação em Direitos Humanos nas instituições de educação superior, destaca a responsabilidade [na] formação de cidadãos éticos, comprometidos com a construção da paz, da defesa dos direitos humanos e dos valores da democracia, além da responsabilidade de gerar conhecimento mundial visando atender aos atuais desafios dos direitos humanos, como a erradicação da pobreza, do preconceito e da discriminação” (fecha aspas).

Ministério da Educação

Para criação de uma política de acessibilidade, é essencial que ela seja acompanhada pela unidade responsável em sua execução. Desse modo, nesta seção, serão abordadas informações sugestivas para o tópico que fará parte da política de acessibilidade, referente à essa unidade, sendo ideal que seja o setor (núcleo, secretaria, coordenação, departamento, etc.) de acessibilidade da instituição, fazendo-se necessário salientar que por padrão de nomenclatura neste guia, usar-se-á o termo núcleo de acessibilidade.

O núcleo de acessibilidade trata-se de uma unidade institucional, o qual deve garantir a permanência com qualidade das PcD no âmbito das instituições de ensino superior. Tais garantias devem ocorrer por meio de práticas que buscam eliminar barreiras nos diversos contextos que abrangem as PcD: arquitetônico, atitudinal, comunicacional, metodológico, instrumental e programático.

Dessa forma, os núcleos são amparados pelo Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior, o qual é efetivado através da parceria entre a Secretaria de Educação Superior (SESu) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que visam fomentar a criação e/ou consolidação destes núcleos de acessibilidade nas universidades públicas federais.

Além disso, tais secretarias comprometem-se pela organização de ações institucionais que asseguram a inclusão das PcD à vida acadêmica, e assim, através dos núcleos de acessibilidade eliminar barreiras físicas, de comunicação e informação, que limitam a participação e o desenvolvimento social e acadêmico desse público (BRASIL, 2011a; 2013). De acordo com o Documento Orientador Programa Incluir, os núcleos de acessibilidade estão estruturados pelos subseqüentes eixos:

**Quadro 1** - Eixos que estruturam o núcleo de acessibilidade

<b>Eixo</b>	<b>Breve descrição</b>
<b>Infraestrutura</b>	Os projetos arquitetônicos e urbanísticos das instituições federais de ensino superior devem ser elaborados e implementados, atendendo aos princípios do desenho universal.
<b>Currículo, comunicação e informação</b>	A garantia de pleno acesso, participação e aprendizagem das PcD, acontece através da disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, de equipamentos de tecnologia assistiva e de serviços de guia-intérprete e de intérpretes/tradutores de Libras.
<b>Programas de extensão</b>	A participação da comunidade nos projetos de extensão é assegurada, por meio da efetivação da acessibilidade. Também, disseminar conceitos e práticas de acessibilidade por intermédio de ações extensionistas, caracteriza-se em compromisso institucional com a construção de uma sociedade inclusiva.
<b>Programas de pesquisa</b>	O ato de desenvolver pesquisas, abrangendo as várias áreas do conhecimento tem sido essencial para a inclusão social das PcD, quando se fundamenta no princípio da transversalidade, do desenho universal e no reconhecer e valorizar a diferença humana, compreendendo a condição de deficiência como característica individual.

Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

De forma estratégica, para eliminar as referidas barreiras, sugere-se que as universidades implantem os núcleos de acessibilidade voltando a sua atenção para projetos arquitetônicos baseados no desenho universal, métodos de ensino acessíveis à todos, disseminação da cultura inclusiva, esclarecendo acerca da acessibilidade, e também buscando inovar através do incentivo ao desenvolvimento de novas pesquisas acerca das PcD e suas individualidades no âmbito do ensino superior.

## 2.1 Objetivo do núcleo de acessibilidade

Promover ações, atividades e intervenções que favoreçam o acesso, permanência e participação efetiva das PcD nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, oferecendo suporte aos cursos para atender as demandas arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais, metodológicas, instrumentais e programáticas, assegurando-lhes acessibilidade nas atividades previstas na universidade como um todo.



Ilustração de Freepik/Flaticon.

## 2.2 Características do núcleo de acessibilidade

Se faz necessário frisar que os núcleos de acessibilidade terão caráter consultivo, propositivo e fiscalizador, atuando em conformidade com a legislação vigente e em consonância com os regimentos institucionais de cada universidade.

Outrossim, em seu escopo de atuação, o núcleo de acessibilidade atenderá prioritariamente às demandas suscitadas pelas PcD, e para elas. Para tal, institui-se-á mecanismos e práticas no intuito de possibilitar a permanência, a formação e a efetiva participação desse grupo na universidade.

Além disso, o núcleo de acessibilidade deve prestar assessoria à universidade para que toda a comunicação institucional seja acessível, e facilitar os serviços e atendimentos especializados voltados às demandas de acessibilidade e inclusão.

## 2.3 Das responsabilidades do núcleo de acessibilidade

São atribuições do núcleo de acessibilidade:

- Acompanhar e avaliar o ingresso, o acesso, a permanência e a conclusão de curso das PcD na universidade;
- Diagnosticar possíveis modificações infraestruturais para garantir acessibilidade arquitetônica das PcD;
- Sugerir e apoiar ações que contemplem os contextos de acessibilidade no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), nos planos de gestão acadêmica e nos projetos pedagógicos de curso;
- Designar intérprete/tradutor de Libras sempre que houver a solicitação desse profissional para auxiliar PcD auditiva ou surdez;

- Designar guia-intérprete, sempre que houver a solicitação desse profissional para auxiliar pessoa com surdocegueira;
- Designar audiodescritor, sempre que houver a solicitação desse profissional para auxiliar PcD visual;
- Assessorar a obtenção de tecnologia assistiva, produção de informação e comunicação em formato acessível para suporte virtual (e/ou físico), devendo ser compatível com a maioria dos softwares livres e gratuitos de leitura de tela das PcD visual;
- Listar demandas de aquisição de itens para acessibilidade e inclusão, e encaminhá-las para setores responsáveis pela gestão dos recursos financeiros;
- Dar suporte nos processos seletivos e concursos promovidos pela universidade, no que diz respeito às questões de acessibilidade das PcD;
- Colaborar com a organização de eventos oficiais de forma a garantir diferentes meios de comunicação acessível (intérprete/tradutor de Libras, legenda, audiodescrição);
- Diagnosticar e solicitar a contratação de docentes e técnicos, permanentes ou temporários, para atuação específica nas demandas de acessibilidade e inclusão das PcD;
- Promover diálogos e iniciativas buscando tornar transversais aspectos inerentes a acessibilidade e inclusão em todas as políticas e documentos institucionais pertinentes, assim como nas ações de assistência estudantil, levando em conta a realidade socioeconômica das PcD;
- Incentivar o desenvolvimento de pesquisas para criação de tecnologias assistivas para PcD;
- Publicizar, gerenciar e dar transparência aos serviços existentes na universidade relativos à acessibilidade e inclusão;
- Oportunizar o convívio entre pessoas assistidas pelo núcleo de acessibilidade;
- Dispor de recursos e equipamentos de apoio ao ensino que facilitem ou equalizem as condições de acesso à informação

aos conteúdos curriculares;

- Efetivar a solicitação de compra dos equipamentos para constituição da imprensa em Braille;
- Dispor de serviço de edição de vídeos adaptados à leitura visual dos surdos;
- Adaptar materiais didáticos, com entrega do material adaptado de acordo com as necessidades do discente solicitante;
- Orientar quanto ao uso de tecnologias assistivas disponibilizadas pelo núcleo;
- Promover acompanhamento por profissional, aos acadêmicos que necessitem de serviço psicopedagógico ou psicológico;
- Incentivar ações institucionais para promoção do debate sobre as PcD e a acessibilidade em seus diversos contextos;
- Estimular a inserção de conteúdos sobre acessibilidade nas grades curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação, contribuindo para a formação de profissionais sensíveis ao tema;
- Identificar através da consulta às PcD assistidas, metodologias de ensino que representam barreiras para eles, propondo estratégias alternativas;
- Incentivar serviços de apoio às PcD, como digitalização e leitura de textos acadêmicos, cursos de Libras e revisão de processos arquitetônicos com base em critérios de acessibilidade;
- Solicitar às instâncias superiores a formação de recursos humanos em gestão de políticas relacionadas às PcD, para a equipe do núcleo, qualificando-os para um atendimento capacitado;
- Promover eventos acerca da temática acessibilidade e inclusão das PcD no ensino superior, a fim de informar e sensibilizar a comunidade universitária;
- Estimular a acessibilidade em espaços virtuais e nos produtos, serviços e eventos de comunicação e marketing, visto possíveis

contextos de necessidade de atividades remotas;

- Proporcionar orientação e apoio pedagógico aos coordenadores e docentes, instituindo a comunicação entre estes e os estudantes com deficiência;
- Discutir a viabilidade de cotas para PcD na distribuição de bolsas da universidade;
- Buscar promover o estabelecimento de assistência específica nos restaurantes universitários (verificar se há obstáculos arquitetônicos e dispor serviço de preparação de prato);
- Planejar reuniões com diversas entidades federais, estaduais, municipais, empresas e/ou Organizações Não Governamentais (ONG), assim como instituições representativas de PcD, buscando estabelecer parcerias para ações e encaminhamentos inerentes ao apoio às PcD no ensino superior;
- Definir a comunicação direta com as PcD através do núcleo de acessibilidade, a fim de orientar a otimização de serviços oferecidos pela instituição;
- Atualizar semestralmente o cadastro dos discentes com deficiência, a fim de inteirar-se acerca da quantidade de PcD matriculadas e suas necessidades específicas;
- Realizar análises pessoais acerca da realidade acadêmica dos discentes com deficiência, no intuito de solucionar possíveis problemas que os levem a abandonar o curso;
- Participar de eventos sobre acessibilidade e inclusão, buscando novos conhecimentos e parcerias que resultem em ações para consolidação da acessibilidade na universidade;
- Organizar editais concernentes à obtenção de recursos para acessibilidade e tecnologias assistivas, com o propósito de alinhar o cronograma do núcleo de acessibilidade;
- Apoiar e orientar individualmente cada PcD sobre os seus direitos e regras internas da instituição, e também os que se referem a sua acessibilidade.

Após a explanação do leque de responsabilidades incumbidas ao

núcleo de acessibilidade, sugere-se a criação dos seguintes comitês para geri-las:



### **Comitê de Planejamento e Elaboração**

Tal comitê tem como incumbência planejar de forma estratégica a elaboração do documento da política de acessibilidade da instituição a que se refere, conforme orientações apresentadas neste guia.



### **Comitê de Execução**

Este tem como delegação buscar recursos necessários (humanos, financeiros, tecnológicos, infraestruturais) para praticar e pôr em prática as diretrizes determinadas pela política de acessibilidade da instituição que fora planejada, ou seja, nessa equipe abrange também os profissionais executores dos serviços (intérpretes/tradutores de Libras, audiodescritores);



### **Comitê de Registro e Divulgação**

Tem como papel a produção de trabalhos sobre acessibilidade e inclusão das PcD na educação superior, demonstrando as ações desenvolvidas pela universidade. Desse modo, busca-se registrar através de relatórios e publicações científicas, bem como divulgar nas mídias sociais e demais canais de comunicação da instituição as ações executadas pelo núcleo. Com isso, objetiva-se produzir conhecimentos e socialização dos saberes da política de acessibilidade e seu serviço complementar no contexto do ensino superior.



### **Comitê de Fiscalização**

Sua responsabilidade remete-se a ação fiscalizadora, a fim de averiguar se as diretrizes da política de acessibilidade estão sendo respeitadas e cumpridas.



### **Comitê de Avaliação**

Trata-se da equipe que avalia juntamente com o público universitário em geral (PcD e demais), se a política de acessibilidade instituída cumpre com os seus objetivos pré-idealizados. Caso necessário, a equipe deve rever juntamente com o Comitê de Planejamento e Elaboração possíveis adequações de acordo com a demanda.

Ademais, orienta-se a criação de um laboratório de acessibilidade, cujo será responsável pela criação e adaptação de materiais didáticos e não didáticos para formato acessível, o qual poderá ser solicitado por docentes, discentes e servidores da universidade.

Por fim, caberá à administração superior providenciar crédito orçamentário, que promova condições indispensáveis à permanência dos estudantes com deficiência, e a manutenção das demandas requisitadas pelo núcleo de acessibilidade.

# 3

## Legislação relativa ao direito à educação e à acessibilidade

(abre aspas) “A inclusão das pessoas com deficiência não depende exclusivamente de leis, códigos ou decretos. Ela depende de brotar em um coração a verdadeira semente da transformação de vidas. Nesse sentido precisaremos ler o coração e praticar nossa total capacidade de entender como nosso próximo precisa de um ombro amigo. Desse modo, ficará mais fácil sobreviver ao caos deste sistema preconceituoso e discriminatório” (fecha aspas).

José Mário Dantas

Segundo Nicoletti (2010), organizações nacionais e mundiais reúnem-se em torno da temática acessibilidade, debatendo soluções, firmando compromissos e metas, e ainda elaborando legislações e normas relacionadas a este assunto. Da mesma maneira, é notório que o Brasil se encontra progressista no que diz respeito a legislação sobre acessibilidade. Por isso, a Constituição Federal Brasileira determina direitos claramente reconhecidos, que estabelecem garantias para a inclusão das PcD na sociedade, e também no contexto do ensino superior.

Considerando a pertinência do desenvolvimento de legislações e normas relacionadas à acessibilidade e inclusão das PcD no âmbito da educação superior, nesta seção, achou-se pertinente sintetizar algumas leis, decretos, portarias, programas, declarações, etc. que fazem alusão à PcD e sua acessibilidade no ensino superior, assim como a importância delas para estar na política de acessibilidade das universidades públicas federais do Brasil.

### **Lei nº 4.169, de 4 de dezembro de 1962**

Torna oficial a escrita e leitura em Braille para cegos (BRASIL, 1962).

#### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Permite que as pessoas cegas possam ter direito a textos escritos em Braille no âmbito da universidade, como por exemplo, livros, documentos, placas e sinalização, etc.

### **Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes | 1982**

Foi criado para promover medidas de prevenção para as deficiências e para reabilitação das PcD, pondo em prática os objetivos de igualdade e participação plena das PcD na vida social (ORGANIZAÇÃO..., 1982).

#### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Incentiva a universidade na manutenção da sua estrutura física e seus utensílios a fim de prevenir possíveis acidentes no seu espaço, seja de PcD ou das demais. As práticas de reabilitação permitem que a PcD que possui alguma dificuldade, possa continuar na universidade exercendo suas atividades de forma plena e com igualdade.

## **Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985**

Torna obrigatória a colocação do símbolo internacional de acesso em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por PcD (BRASIL, 1985).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Facilita que as PcD possam identificar os locais acessíveis a elas dentro da universidade, como estacionamentos, salas de aula, auditórios, bibliotecas, banheiros, etc.

## **Constituição Federal de 1988**

Assegura os direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores de uma sociedade sem preconceitos, baseada na harmonia social e comprometida (BRASIL, 1988).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Assim como deve acontecer na sociedade em geral, os valores assegurados pela Constituição devem abranger também o contexto da universidade.

## **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**

Retrata a Política Nacional para a Integração da Pessoa (abre apóstrofo) 'Portadora' (fecha apóstrofo) de Deficiência no que diz respeito a apoiar a inclusão social das PcD, seus interesses coletivos/individuais e como se dá a atuação do Ministério Público na definição dos crimes para com as PcD (BRASIL, 1989).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Fortalece a integração das PcD no contexto universitário ao elencar seus interesses e apoiar a sua inclusão social nesse meio.

## **Lei nº 8.160, de 8 de janeiro de 1991**

Estabelece sobre a obrigatoriedade de forma visível do símbolo que identifica as PcD auditiva/surdos em todos os locais e serviços que possibilitem seu acesso/uso (BRASIL, 1991).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Facilita que as PcD auditiva/surdos possam identificar os locais na universidade que oferecem acessibilidade, algum tipo de ajuda ou acesso para eles. Usa-se também para identificar uma PcD auditiva/surdo.

## **Declaração de Salamanca | 1994**

Aborda os princípios, política e prática em educação especial para promoção de oportunidades iguais a todas as PcD (UNESCO, 1994).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Defende que os princípios, política inclusiva e a prática da educação especial esteja presente desde a educação básica até o ensino superior, atendendo aos mais variados públicos de PcD, da criança ao adulto.

## **Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994**

Concede passe livre às PcD no sistema de transporte coletivo interestadual (BRASIL, 1994).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Amplia o acesso à universidade das PcD que dependem do transporte coletivo entre estados, garantindo possibilidades de frequência satisfatória.

### **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000**

Dá prioridade de atendimento às PcD, aos idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, às gestantes, às lactantes, às pessoas com crianças de colo e aos obesos (BRASIL, 2000a).

#### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Esclarece a obrigatoriedade de atendimento prioritário às PcD, entre outros, nos serviços públicos, nos quais está inclusa a universidade.

### **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**

Estabelece normas para a promoção da acessibilidade das PcD, por meio da eliminação de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (BRASIL, 2000b).

#### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Esclarece acerca dos tipos de barreiras existentes (urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação), orientando como removê-las, bem como outros conceitos relacionados a acessibilidade e as PcD.

### **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001 (Convenção da Guatemala)**

Estabelece como objetivo principal a eliminação de toda e qualquer forma de discriminação contra às PcD (BRASIL, 2001b).

#### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Incentiva a universidade a tomar medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista ou de qualquer outra natureza que sejam necessárias para eliminar a discriminação contra a PcD, proporcionando sua plena inclusão no âmbito acadêmico.

## **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**

Reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outros recursos de expressão a ela associados, como linguagem oficial de comunicação e expressão (BRASIL, 2002).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Apoia o ensino e comunicação através da Libras no âmbito da universidade, promovendo acessibilidade comunicacional das PcD auditiva/surdos.

## **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003**

Institui a Política Nacional do Livro, que assegura à sociedade o direito de acesso e uso do livro (BRASIL, 2003a).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Garante livros em meio digital, magnético, ótico e impresso em sistema Braille no que diz respeito ao acesso à leitura da PcD visual.

## **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**

Dispõe sobre critérios para acessibilidade das PcD a fim de orientar quanto aos processos de autorização, de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições (BRASIL, 2003b).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Orienta quanto às necessidades básicas das PcD no âmbito educacional, sendo exigências mínimas para processos de autorização, reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições.

## **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**

Regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000, trazendo maior descrição dos conceitos sobre a temática acessibilidade (BRASIL, 2004).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Apresenta maiores esclarecimentos acerca da promoção da acessibilidade e como se dá o atendimento prioritário na prática, bem como as definições dos tipos de deficiência.

## **Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005**

Dispõe sobre o direito da PcD visual e/ou cega de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia (BRASIL, 2005a).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Assegura à PcD visual adentrar tanto na estrutura física da universidade quanto nos transportes coletivos acompanhada de cão-guia, caso assim deseje.

## **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**

Regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e o art. 18 da Lei nº 10.098/2000, trazendo questões relacionadas a inclusão da Libras como disciplina curricular, formação do professor e do instrutor de Libras, do uso e da difusão da Libras, da formação do intérprete/tradutor de Libras, da garantia do direito à educação das PcD auditivas/surdas, entre outros (BRASIL, 2005b).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Fortalece o ensino e aprendizagem das PcD auditiva/surda no contexto da universidade, através do uso e da difusão da Libras.

## **Portaria MEC nº 976, de 5 de maio de 2006**

Dispõe sobre os critérios para realização de eventos acessíveis pelo Ministério da Educação, conforme Decreto nº 5.296 de 2004 (BRASIL, 2006).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Orienta as universidades, através dos critérios adotados pelo Ministério da Educação, sobre como realizar eventos acessíveis.

## **Portaria nº 14, de 24 de abril de 2007**

Dispõe sobre a criação do Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior (BRASIL, 2007).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Incentiva a implantação e/ou consolidação dos núcleos de acessibilidade no âmbito das universidades a fim de dar assistência às PcD e assim, possibilitando maiores chances de permanência na instituição.

## **Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho 2008**

Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das PcD, que promove, protege e assegura todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todas as PcD e promoção do respeito pela sua dignidade (BRASIL, 2008).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Orienta como deve acontecer o exercício dos direitos das PcD na sociedade em geral, no qual abrange também o contexto da universidade.

## **Portaria nº 2.344, de 3 de novembro de 2010**

Trata-se sobre a alteração do termo (abre apóstrofo) 'portadora de deficiência' (fecha apóstrofo) para (abre apóstrofo) 'PcD' (fecha apóstrofo), sendo publicada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Essa portaria oficializa o uso do termo PcD pelo CONADE (BRASIL, 2010).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Mostra que tal mudança de nomenclatura nesse documento, serve de referência para que as instituições federais de ensino superior atualizem também o uso do termo (abre apóstrofo) 'pessoa portadora de deficiência' (fecha apóstrofo) para (abre apóstrofo) 'pessoa com deficiência' (fecha apóstrofo).

## **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**

Dispõe sobre o dever do Estado em relação à efetivação da educação especial e do atendimento especializado (BRASIL, 2011a).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Lista ações necessárias para promoção da acessibilidade em relação às universidades, como por exemplo: disponibilizar materiais didáticos e paradidáticos acessíveis, produzir e distribuir recursos educacionais, promover formação continuada de professores, etc.

## **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**

Institui o Plano nacional dos direitos da Pessoa com Deficiência - Plano viver sem limite, com a finalidade de promover integrando políticas, programas e ações que visem o exercício pleno dos direitos das PcD (BRASIL, 2011b).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Busca a garantia de um sistema educacional inclusivo, através de suas diretrizes, possibilitando o acesso das PcD à educação superior.

## **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**

Institui a Lei de Acesso à Informação, que promove a divulgação das informações de interesse público, ou seja, que toda a população nacional tenha acesso à essa informação, independente de raça, cor, etnia, sexo, idioma, opinião política, sendo PcD ou não (BRASIL, 2011c).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Orienta as universidades acerca do dever de permitir o acesso e divulgar informações de interesse público, que seja acessível a todos, visto que são instituições de domínio público.

## **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio através das cotas para PcD (BRASIL, 2012).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Aborda acerca das cotas para ingresso das PcD na universidade, entre outros. Essa lei teve por consequência, um maior índice de PcD que adentraram no ensino superior.

## **Documento Orientador Programa Incluir | 2013**

Este documento orienta acerca do Programa Incluir trazendo em seu escopo marcos legais, políticos e pedagógicos, bem como conceitos e definições e orientações orçamentárias (BRASIL, 2013).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Orienta para a institucionalização da Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior, a qual assegura o direito da PcD ao ensino superior.

## **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**

Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), que visa estimular atividades que promovam a acessibilidade para garantir o acesso e a permanência das PcD em todos os níveis de ensino (BRASIL, 2014).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Assegura condições de acessibilidade nas instituições de ensino superior, de acordo com a legislação vigente, e objetiva institucionalizar programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais, como algumas de suas estratégias.

## **Declaração de Incheon | 2015**

Visa transformar a sociedade através da educação, ao reconhecer o seu papel como principal impulsionador para o desenvolvimento e para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (UNESCO, 2015).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Assegura a educação inclusiva e equitativa de qualidade e a promoção de oportunidades de aprendizagem igualitárias em todas as esferas da educação, inclusive no ensino superior.

## **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), buscando assegurar e promover, em condições de igualdade, o desempenho dos direitos e das liberdades fundamentais para PcD, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Esclarece acerca de todo contexto social da PcD, suas necessidades e seus direitos. O Estatuto da Pessoa com Deficiência veio quebrar o paradigma de que a deficiência não se encontra nas PcD, mas sim nos espaços (físicos ou sociais), e que as metodologias, espaços e materiais devem ser capazes de atender a todos, e não separar as PcD do restante da sociedade.

## **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**

Dispõe sobre a reserva de vagas para PcD nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino (BRASIL, 2016).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Amplia a chance de acesso ao ensino superior, promovendo um aumento da capacitação superior no que tange a esse público, fazendo valer o direito da educação para todos.

## **Decreto nº 9.404, de 11 de junho de 2018**

Dispõe sobre a reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares para PcD (BRASIL, 2018a).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Amplia a chance de acesso das PcD a esses espaços, promovendo a inclusão social da PcD, não apenas no âmbito educacional, mas também no âmbito cultural/esportivo da universidade.

## **Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018**

Promulga o Tratado de Marraqueche que visa facilitar o acesso às obras publicadas pelas PcD visual/cegas, ou seja, para isso se faz necessário tornar as obras acessíveis através da sua conversão para um formato alternativo que seja acessível (BRASIL, 2018b).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Defende que para tornar os materiais da universidades acessíveis a todos, deve haver a disponibilização em formato acessível de forma legal, sem transgredir os direitos autorais e respeitando a integridade da obra.

## **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**

Institui a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida, visando implementar programas e ações para garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado às PcD, inclusive no ensino superior (BRASIL, 2020).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Busca definir orientações para as instituições de ensino superior que incentivam o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão destinados à temática da educação especial e estrutura a formação de profissionais especializados nessa temática.

## **Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021**

Dispõe sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva, os quais serão postos em prática pelos órgãos do governo federal, buscando introduzir em seus ideais a promoção das tecnologias assistivas nas diversas esferas sociais, incluindo a educação (BRASIL, 2021a).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Promove maior autonomia e independência da PcD, em virtude da aquisição de tecnologias assistivas em diversas esferas sociais. Dessa forma, é interessante a introdução das tecnologias assistivas junto aos ministérios federais para conduzir as universidades para acessibilidade.

## **Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021**

Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual (BRASIL, 2021b).

### **Porque é importante estar definida na política de acessibilidade?**

Fundamenta a classificação da pessoa com visão monocular como PcD visual, trazendo reconhecimento das suas limitações e de seus direitos na sociedade, inclusive dentro da universidade.

Diante das legislações apresentadas, compreende-se sua importância para serem inseridas e postas em prática no ambiente da universidade, visto que tratam acerca dos direitos das PcD e a sua associação para com a esfera educacional, fundamentando a política de acessibilidade e inclusão das PcD na educação superior.

Desse modo, observa-se que a inclusão desse público na sociedade, e mais especificamente no âmbito das universidades, só não é efetivada pela falta de fiscalização relativa aos órgãos superiores, a fim de verificar se tais deveres e orientações estão sendo cumpridas.

Logo, assim como existem inúmeros documentos oficiais legislativos a serem seguidos que norteiam a sociedade, na universidade se faz necessário também documentos orientadores para nortear o público acadêmico, sendo a política institucional de acessibilidade e inclusão um parâmetro para promoção da cultura inclusiva, principalmente, em relação às PcD e como proceder perante elas.

Em conclusão, Ponte e Silva (2015) afirmam que tanto a acessibilidade quanto à inclusão são aliadas, na medida em que não promovem apenas a eliminação de barreiras físicas, mas também o envolvimento das PcD na sociedade, ou seja, não dependendo somente das condições físicas do sujeito, sabendo que está incluído e ter acesso à algo e/ou alguém trata-se de um direito pertencente à PcD como um cidadão comum brasileiro.

# 4

## Definições e conceitos acerca de acessibilidade, inclusão e pessoas com deficiência

(abre aspas) “A inclusão acontece quanto se aprende com as diferenças e não com as igualdades” (fecha aspas).

Paulo Freire

(abre aspas) “Se o lugar não permitir o acesso a todas as pessoas, esse lugar é deficiente” (fecha aspas).

Thaís Frota

Nesta seção, aborda-se os conceitos que estão ligados à construção de um documento norteador institucional, visto que para haver uma compreensão íntegra da temática, é essencial que haja uma síntese com a fundamentação conceitual, sendo assim, o corpo acadêmico estará informado quanto às PcD e os diversos contextos de sua acessibilidade.

Tendo isso em vista, se faz necessário que a política de acessibilidade e inclusão das PcD, contenha conceitos os quais fundamentam e auxiliam o público leitor na compreensão da temática e suas implicações.

## **Acessibilidade**

É um conceito em evolução, sendo um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das PcD, através da eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais, que impedem sua plena e efetiva participação e inclusão na vida em sociedade, ou seja, um produto, equipamento, serviço ou ambiente quanto mais conforme for ao desenho universal, mais acessível será para todos.

## **Acessibilidade arquitetônica**

Tem como objetivo proporcionar mobilidade e autonomia das PcD, através da eliminação de barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços, equipamentos e mobiliários urbanos, nos meios de transporte coletivos e individuais, orientando adequações infraestruturais físicas como reforma de banheiros, construção de rampas, alocação de pisos táteis, instalações de elevadores, plataformas de elevação, sinalizadores, etc.

## **Acessibilidade atitudinal**

Está relacionada a forma de compreender outras pessoas, isto é, colocar-se no lugar de outra pessoa sem se preocupar com suas limitações, enfrentando o preconceito e incentivando mudanças de atitude através da quebra de barreiras impostas por estigmas,



estereótipos e discriminações a fim de garantir participação social da PcD, em igualdade de condições e oportunidades

## **Acessibilidade comunicacional**

Está ligada com a remoção de barreiras comunicacionais interpessoais e nos ambientes, seja na comunicação escrita e/ou oral em ambiente físico e/ou virtual, e desse modo, suprimir os obstáculos nos sistemas de comunicação e tecnologia da informação, bem como no acesso à informação e ao conhecimento.

## **Acessibilidade instrumental**

Trata-se das questões referentes a supressão de barreiras nos instrumentos, equipamentos e ferramentas de estudo, trabalho, lazer e recreação do cotidiano das pessoas, tendo interesse no incentivo às pesquisas e ações em tecnologias assistivas a fim de desenvolver equipamentos, serviços e estratégias que viabilizem a autonomia e independência das PcD.

## **Acessibilidade metodológica**

Também conhecida como acessibilidade pedagógica, versa sobre a inexistência de obstáculos nos métodos e técnicas de ensino/aprendizagem, de trabalho. Ou seja, pode ser a preocupação com a metodologia utilizada pelo corpo docente de forma que contemple os pressupostos filosóficos, legais e políticos da educação inclusiva, estabelecendo estratégias pedagógicas que viabilizem o acesso da PcD ao currículo e sua interação na comunidade acadêmica, prevenindo situações como retenção e evasão, assim garantindo a permanência da PcD.

## **Acessibilidade programática**

Busca eliminar as barreiras nas políticas públicas, leis, decretos, normas e regulamentos institucionais (SASSAKI, 2005).

## **Acompanhante**

É aquela pessoa que está junto à PcD oferecendo assistência em diversos locais e/ou situações, podendo ou não desempenhar as funções de um atendente pessoal.

## **Adaptações razoáveis**

São modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem contribuição desproporcional ou indevida, a fim de possibilitar às PcD de participar, usufruir e exercer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais (UNIFESP, 2018; UFRN, 2019).

## **Audiodescrição**

Trata-se de um recurso que amplia a compreensão das PcD visual em eventos culturais, turísticos, esportivos, acadêmicos, eventos sociais, entre outros, através de informação sonora dado que transforma o visual em verbal, viabilizando acesso à cultura e à informação e contribuindo para a inclusão social. Além das PcD visual, a audiodescrição possibilita a ampliação do entendimento de PcD intelectual, idosos, pessoas com distúrbio de déficit de atenção, autismo e dislexia, visto que são descritos os elementos visuais que não são percebidos por alguma limitação, como por exemplo, a falta da visão (UFSC, 2013).

## **Barreiras**

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que impossibilite a participação social da PcD, bem como o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, etc. (UFRN, 2019). Há diversos tipos de barreiras, entre elas: arquitetônicas, metodológicas, instrumentais, urbanísticas, nos transportes, nas comunicações, na informação, nas atitudes e no uso de tecnologias.

## **Barreiras arquitetônicas**

São barreiras que existem em espaços físicos como a falta de rampas e elevadores, banheiros adaptados e de adequações das vias de circulação, etc. Para contornar esse tipo de barreira, normalmente, a construção ou reforma de edifícios, prédios e moradias são orientadas pela ABNT NBR 9050/2021, que aborda diretrizes sobre acessibilidade nos diferentes ambientes.

## **Barreiras metodológicas**

Estão relacionadas aos impedimentos nos métodos e técnicas de estudo e/ou trabalho, ou seja, estão presentes no contexto pedagógico de instituições de ensino, sendo também conhecidas como barreiras pedagógicas. Normalmente, essas barreiras são contornadas com a introdução de formas de ensino e avaliações inclusivas (UFRRJ, 2020).



Ilustração de  
Freepik/Flaticon.

## **Barreiras instrumentais**

São barreiras existentes em instrumentos e utensílios de estudo, de atividades da vida cotidiana e de lazer, esporte e recreação (UFRRJ, 2020). Esse tipo de barreira é contornada com a adoção do desenho universal e pela utilização das tecnologias assistivas.

## **Barreiras urbanísticas**

São as barreiras presentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo (UFRRJ, 2020).

## **Barreiras nos transportes**

São barreiras presentes nos sistemas e meios de transportes (UFRRJ, 2020);

## **Barreiras nas comunicações e na informação**

Consistem nas rupturas comunicacionais comuns, isto é, qualquer obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações, por meio dos sistemas de comunicação e de tecnologia da informação (UFRRJ, 2020). Para eliminação dessas barreiras, se faz necessário a utilização de diferentes recursos de acessibilidade como o trabalho do intérprete e tradutor de Libras, impressão de materiais em Braille, tecnologias de comunicação alternativa, entre outros.

## **Barreiras atitudinais**

São atitudes ou comportamento de preconceitos, estigmas e mitos sociais que incidem de forma negativa às PcD, e que impeçam ou prejudiquem a participação social delas em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

## **Barreiras tecnológicas**

São as que impossibilitam o acesso da PcD às tecnologias (UFRRJ, 2020).

## **Deficiência**

Trata-se de um conceito em evolução, visto que não se encerra no corpo com impedimentos, mas precisa ser compreendida como o resultado da interação entre as PcD e as barreiras sociais impostas pelas atitudes e/ou ambiente onde estão inseridas, assim impossibilitando a plena e efetiva participação igualitária das PcD na sociedade (UFSC, 2013).

## **Deficiência auditiva**

Está relacionado quando há perda bilateral, parcial ou total de quarenta e um decibéis ou mais na audição, certificada por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 1999).

## **Deficiência física**

É quando o indivíduo apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais membros do corpo. Apresenta-se sob a forma de paraplegia, tetraplegia, ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (UNIRIO, 2017).

## **Deficiência intelectual**

É quando uma pessoa possui funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos de idade. Tais limitações estão relacionadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, como por exemplo

comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho (UFC, 2013).

## **Deficiência múltipla**

É quando uma pessoa apresenta duas ou mais deficiências.

## **Deficiência visual**

Está relacionada com a cegueira, visão monocular e baixa visão. No caso da cegueira, esta é quando a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica (UNIRIO, 2017); já a visão monocular, trata-se enxergar com apenas um dos olhos utilizando ou não prótese ocular; e conforme a UFC (2013) a baixa visão significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica, ou nos casos em que a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°.

## **Desenho universal**

Está ligado com a concepção de produtos, ambientes, programas, serviços e tecnologias assistivas que possam ser utilizados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, assim, visando seu uso à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população, independentemente de idade e capacidade.

## **Desenho universal para a aprendizagem**

Busca viabilizar o acesso de todos ao currículo geral, respeitando as dificuldades e os talentos dos discentes, a partir do uso de estratégias pedagógicas/didáticas e/ou tecnológicas diferenciadas (UFRRJ, 2020).

## **Design inclusivo**

Construção de objetivos que contemplem toda a diversidade humana em relação à capacidade, linguagem, cultura, gênero, idade, entre outras características humanas. Parte do pressuposto da flexibilidade ou adaptação dos objetos, considerando que determinadas necessidades requerem projetos com adequações específicas e que variam entre diferentes indivíduos (UFRN, 2019).



## **Discriminação em razão da deficiência**

Qualquer diferenciação, exclusão ou restrição, por ação ou omissão, baseada em deficiência, com o propósito de impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de direitos humanos e liberdades fundamentais, incluindo a rejeição de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (UFRRJ, 2020).

## **Dosvox**

Um sistema operacional desenvolvido para que as pessoas cegas possam utilizar o computador, desempenhando suas tarefas normalmente com autonomia no estudo e no trabalho, nele, a PcD visual consegue manusear o computador apenas por comando de voz.

## **Educação inclusiva**

Trata-se da inclusão no contexto educacional, incorporando aprimoramentos e modificações em conteúdo, métodos de ensino, abordagens, estruturas e estratégias de educação para superar barreiras, com finalidade de oferecer a todos os estudantes uma experiência e um ambiente de aprendizado igualitário e participativo, sem discriminação e independentemente de suas características funcionais, corporais e/ou cognitivas. Sendo assim, inserir PcD em salas de aula convencionais sem esses aperfeiçoamentos e modificações, não configura-se inclusão, visto que a avaliação do progresso do sujeito deve ser feita em relação a ele próprio e não em comparação com outros (UFRN, 2019).

## **Inclusão**

Implica no ato de incluir, ou seja, integrar algo ou alguém a um determinado espaço ou ambiente físico ou virtual, fazendo sentir-se parte daquilo em igualdade com os demais. Desse modo, o tipo de inclusão relacionada às PcD, trata-se da inclusão social visto que abrange um conjunto de ações que contestam a exclusão aos benefícios da vivência em sociedade, promovida pelas diferenças de classe social, educação, deficiência, etc., em outras palavras,

a inclusão social oferece oportunidades igualitárias de acesso a bens e serviços para todos.

## **Intérprete/tradutor de Libras**

É o profissional ouvinte bilíngue que interpreta e traduz a Libras para a língua portuguesa em quaisquer modalidades (oral ou escrita). Eles atuam como mediadores das relações sociais entre ouvintes e surdos, amenizando as barreiras de comunicação entre eles (UFSC, 2013).

## **Ledor**

Trata-se do profissional que auxilia na leitura de textos e na descrição de imagens para as PcD visual. Também realiza a gravação de textos no formato de áudio, inclusive de livros (UFSC, 2013).

## **Leitor de tela**

É um software de síntese de voz, também conhecido como sintetizador de voz, que transcreve textos em formato acessível no computador para voz, alguns exemplos são os softwares Virtual Vision e Jaws (UFSC, 2013).

## **Libras**

É a abreviação para Língua Brasileira de Sinais, trata-se de uma língua que tem natureza visual-espacial e estrutura gramatical própria, articulada através das mãos, expressões faciais e do corpo. Embora a Libras possa ser aprendida por qualquer pessoa que se interesse pela comunicação com pessoas surdas usuárias dessa língua, se faz necessário frisar que nem toda pessoa surda se comunica em Libras. Além disso, muitas pessoas surdas têm o português como primeira língua e são oralizadas, isto é, fazem uso da fala e da leitura labial na sua comunicação, desse modo algumas pessoas surdas são bilíngues (UFSC, 2013).



Ilustração de Freepik/Flaticon.

## **Mobilidade urbana**

É a condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano. Cita-se alguns de seus princípios:

acessibilidade universal; igualdade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo; eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano; segurança nos deslocamentos das pessoas; igualdade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros (UNIRIO, 2017).

## **Pessoa com deficiência**

São pessoas que apresentam impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, as quais, em interação com diversas barreiras, podem impedir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. São consideradas tipologias de deficiência: física, intelectual, auditiva, visual e múltipla (BRASIL, 2015).

## **Pessoa com mobilidade reduzida**

São pessoas que apresentam, por qualquer razão alguma dificuldade em relação a movimentação (seja de forma permanente ou temporária), ocasionando a redução da mobilidade efetiva, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, normalmente essa dificuldade estende-se a idosos, gestantes, lactantes, pessoas com criança de colo e obesos (UFRN, 2019).

## **Pessoas com necessidades específicas**

São pessoas que apresentam em contextos acadêmicos e/ou profissionais necessidades específicas em consequência de condições de natureza permanente ou temporária, que, em contato com as diversas barreiras, podem necessitar de apoio institucional especializado no processo de ensino-aprendizagem, no intuito de que lhes sejam oportunizadas a equiparação de condições que os levem à exposição plena de seu potencial e de participação (UFRN, 2019).

## **Recursos de acessibilidade**

São adaptações que traduzem-se em serviços, programas, produtos, equipamentos e ferramentas computacionais (hardware e software) utilizados por PcD, com o propósito de promover a funcionalidade física, visual, auditiva e/ou cognitiva para garantir a autonomia e independência das PcD nas atividades cotidianas

(UFSC, 2013).

## Serviços de apoio humano e animal

São serviços de acessibilidade que compreendem as funções de apoio humano e/ou animal para PcD. No caso de serviços de apoio humano, pode-se mencionar profissionais leitores, audiodescritores, intérpretes/tradutores de Libras, guias-intérpretes, estenotipistas, acompanhantes, atendentes pessoais e cuidadores. Em serviços de apoio animal, menciona-se por exemplo, os cães-guia (UFSC, 2013).

## Sistema Braille

É um sistema de leitura e escrita utilizado por pessoas cegas e/ou com baixa visão. É estruturado por 64 símbolos em relevo, resultantes da combinação de até seis pontos dispostos em duas colunas de três pontos cada. Por esses pontos em relevo, é possível realizar a representação tanto de letras quanto de algarismos numéricos e sinais de pontuação. A leitura em formato Braille é feita da esquerda para a direita, ao toque de uma ou duas mãos ao mesmo tempo. É importante frisar que o Braille não é, e nem deve ser confundido com uma língua. No Brasil existe a padronização da (abre apóstrofo) 'Grafia Braille para a Língua Portuguesa' (fecha apóstrofo) (UFSC, 2013).

## Sorobã

É uma ferramenta matemática utilizada como recurso didático-pedagógico que auxilia nas operações matemáticas para o processo educativo dos alunos com deficiência visual (MORAIS, 2008).

## Tecnologia assistiva ou ajuda técnica

Trata-se de uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que desenvolve produtos, equipamentos, softwares, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que visem promover a acessibilidade para a realização de atividades e participação da PcD e pessoa com necessidades específicas, tendo em



Ilustração de Freepik/Flaticon.

vista à sua autonomia, independência, produtividade qualidade de vida e inclusão social, bem como favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida. Além disso, todos os elementos ou equipamentos definidos como ajudas técnicas deverão ser certificados pelos órgãos competentes e ouvidas pelas entidades representativas das PcD (UNIRIO, 2017; UFRN, 2019).

Desse modo, acredita-se que após inteirar-se acerca de todos os conceitos que envolvem a PcD no contexto educacional-acadêmico, o leitor estará apto a melhor desenvolver atitudes de inclusão referentes a PcD no âmbito do ensino superior. Nesse ínterim, é preciso dialogar de forma mais específica acerca do público-alvo das políticas institucionais de acessibilidade, esclarecendo sobre suas tipologias e especificidades.

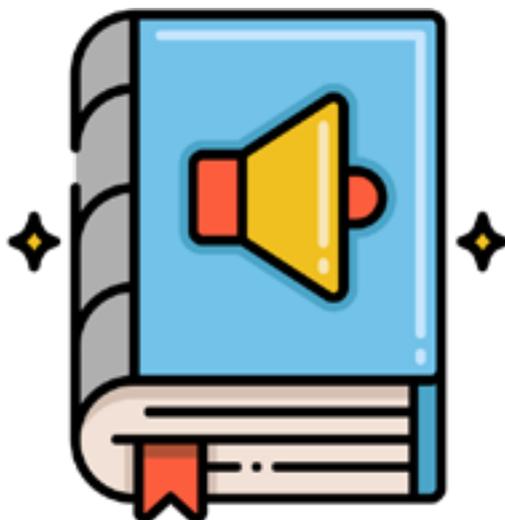


Ilustração de Freepik/Flaticon.

# 5

## **Público-alvo da política: pessoas com deficiência e suas tipologias**

(abre aspas) “Deficiente ou restrito nunca foi o indivíduo, e sim tudo que impede atendimento igual para casos especiais” (fecha aspas).

Alex DogWalker Piracicaba

A Política Institucional de Acessibilidade e Inclusão destina-se a estudantes de graduação e pós-graduação que possuam deficiência ou necessidades diferenciadas. Desse modo, para efeito de esclarecimento, a deficiência trata-se de toda a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que ocasione a incapacidade no desempenho de alguma atividade que é considerada normal para o ser humano.

Para Graciola (2014), a deficiência pode ser entendida como a inexistência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, anatômica ou fisiológica de uma pessoa e as suas causas diversas, uma vez que algumas pessoas já nascem com alguma má-formação, enquanto outras é motivada por mudanças biológicas e físicas que podem aparecer no decorrer da vida, ou ainda, pode ser sequelas de doenças ou provocada por acidentes.

Nesse sentido, é pertinente que a política caracterize o público-alvo trazendo a deficiência em suas diversas tipologias, podendo ser deficiência visual, física, auditiva, intelectual, ou ainda quando ocorre mais de uma, ser deficiência múltipla.



## Deficiência Visual

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a deficiência visual remete a déficits na capacidade de uma pessoa na realização de atividades relacionadas à visão, tais como leitura, orientação e mobilidade, entre outras tarefas. A medição de incapacidade visual reflete a dificuldade da perda de visão para a pessoa e deve ser avaliada com os dois olhos abertos (OMS, 2018). Caracteriza-se a deficiência visual em três grupos:

## Cegueira

Onde ocorreu a perda total da visão ou pouquíssima capacidade de enxergar, levando a pessoa a necessitar do sistema Braille como meio de leitura e escrita (FUNDAÇÃO..., [2021?]). O termo cegueira tanto é associado às pessoas que perderam totalmente a capacidade de enxergar, quanto às pessoas que ainda conseguem distinguir o claro e o escuro, bem como identificar a direção de onde provém a luz, ou seja, trata-se de uma cegueira parcial (CONDE, 2012).

## Monocular

É caracterizada pela capacidade de conseguir enxergar com apenas um olho, apresentando percepção de profundidade e sensação tridimensional e visão periférica limitadas, assim prejudicando sua capacidade de atenção e convívio social (VAGNER, 2018). Normalmente pessoas que apresentam essa deficiência, fazem uso de software de computador para ampliação da tela e ampliação de textos, por exemplo.

## Baixa visão ou visão subnormal

Caracteriza-se pelo comprometimento do funcionamento visual dos olhos, mesmo após tratamento ou correção (FUNDAÇÃO..., [2021?]). Geralmente pessoas com esse tipo de visão necessitam de assistência das tecnologias assistivas, como caderno de pauta ampliada, lunetas, software de computador para ampliação da tela, entre outros.



## Deficiência Auditiva

A deficiência auditiva caracteriza-se pela perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, verificada por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 1999). Na visão de Ferreira (2007), a deficiência auditiva é entendida como perda total ou redução da audição, não compensada por órteses específicas. Para Torres, Mazzoni e Mello (2007) e Chazan (2013), a deficiência auditiva apresenta algumas características que variam conforme a faixa de dB e a escala da audição, como por exemplo:

[...] algumas pessoas escutam muito pouco, percebendo apenas sons ambientais de alta intensidade, e outras conseguem ouvir a voz humana, mas não conseguem compreender as palavras, principalmente devido à poluição sonora existente no ambiente. Há, também, aquelas que ouvem sons na faixa das baixas frequências, o que faz com que percebam apenas partes das palavras, isto é, as palavras ficam soltas e incompletas [...] (TORRES, MAZZONI, MELLO, 2007, p. 374).

Além disso, Chazan (2013) destaca que a deficiência auditiva possui outra classificação, sob o ponto de vista da interatividade com o mundo, através das exigências visuais. Desse modo, se faz necessário evidenciar que existe diferença entre PcD auditiva e pessoa surda, dado que a PcD auditiva é aquela que perdeu a audição ao longo da vida, já uma pessoa surda é aquela que tem a perda auditiva total e pode comunicar-se com o mundo por meio da Libras (BRASIL, 2005b).

Em relação à acessibilidade da informação e da comunicação, especificamente no que se refere às dificuldades das PcD auditiva e/

ou surdas, deve-se levar em consideração os diferenciais linguístico-cognitivos encontrados entre elas (TORRES; MAZZONI; MELLO, 2007). Ou seja, a acessibilidade informacional e comunicacional deve ser tratada de modo transversal abordando questões como: a forma como se escuta, a legendagem, o contraste de cores, os recursos para aumento da visibilidade do ambiente, a linguagem de sinais, etc. (CONFEDERACIÓN..., 2013).



## Deficiência Física

A deficiência física pode ser compreendida como alteração completa ou parcial de um ou mais membros do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, exceto as deformidades estéticas e as que não causem dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2004).

Desse modo, é importante destacar que a deficiência física pode atingir diferentes regiões do corpo humano, e dependendo de qual parte do corpo seja atingida, dar-se uma nomenclatura específica para aquela área (HONORA; FRIZANCO, 2008). Para melhor compreensão das características dos comprometimentos que podem ocorrer, apresentam-se algumas definições dos tipos de deficiência física:

**Quadro 2** - Tipos de deficiência física e suas definições

<b>Tipos de deficiência física</b>	<b>Definições</b>
<b>Paraplegia</b>	Perda total das funções motoras dos membros inferiores.
<b>Paraparesia</b>	Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores.
<b>Monoplegia</b>	Perda total das funções motoras de um só membro.
<b>Monoparesia</b>	Perda parcial das funções motoras de um só membro.
<b>Tetraplegia</b>	Perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores.
<b>Tetraparesia</b>	Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores.
<b>Hemiplegia</b>	Perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo.
<b>Hemiparesia</b>	Perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo.
<b>Amputação</b>	Perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro.

Fonte: Adaptado de Resende (2001) e Nambu (2003).

### **Curiosidade**

As definições desses tipos de deficiência física acompanham prefixos como **Hemi** (lesão em meio lado do corpo) e, **Para** (lesão abaixo da cintura), e ainda os sufixos **plegia** (ausência total de movimentos) e **paresia** (ausência parcial de movimentos) (RESENDE, 2001; HONORA; FRIZANCO, 2008).



## Deficiência Intelectual

A deficiência intelectual trata-se do funcionamento intelectual significativamente inferior à média, que manifesta-se antes dos 18 anos e tem limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades de adaptação, como: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, uso dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho (UFC, 2013). Nesse contexto, existem diversos tipos de deficiência intelectual:

- **Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)** - aquela que apresenta síndrome clínica caracterizada como:
  - g) deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal utilizada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
  - h) padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores/verbais estereotipados ou sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.
- **Pessoa com altas habilidades/superdotação:** aquela que apresenta alto potencial em qualquer uma das seguintes áreas: acadêmica, liderança, intelectual, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de atividades em áreas que são de

interesse dos mesmos;

- **Pessoa com transtornos específicos da aprendizagem:** aquela que tem déficits específicos em perceber ou processar informações, advindos de um transtorno do neurodesenvolvimento, com dificuldades consistentes e prejudiciais nas habilidades de leitura, escrita e/ou matemática;
- **Pessoa com transtorno de déficit de atenção/hiperatividade:** aquela que manifesta níveis prejudiciais de desatenção, desorganização e/ou hiperatividade-impulsividade que, na vida adulta, resulta em prejuízos no funcionamento social, acadêmico e profissional;
- **Pessoas com dificuldades secundárias de aprendizagem:** aquelas que, devido a outros transtornos psiquiátricos e/ou neurológicos, apresentam prejuízos que afetam no desenvolvimento das atividades acadêmicas, sociais e profissionais.

### Curiosidade

2 de abril é celebrado o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, estabelecido pela ONU, tem por objetivo informar a população acerca do autismo, e assim diminuir a discriminação e o preconceito que rodeiam as pessoas afetadas pelo transtorno.

Dessa forma, nesta seção delimitou-se a quem de fato destina-se a política de acessibilidade e inclusão, tendo como expectativa apresentar os conceitos e características que envolvem o seu público-alvo, ou seja, as PcD. Assim, permitindo que o leitor compreenda as dificuldades e as possíveis necessidades de cada tipologia de deficiência.

Em vista disso, é preciso dialogar de forma mais aprofundada sobre as orientações quanto às ações e atitudes para suprir tais necessidades nos diversos contextos de acessibilidade, com o propósito de garantir qualidade de vida, e, conseqüentemente, a permanência do público-alvo das políticas institucionais de acessibilidade e inclusão no âmbito das universidades.

# 6

## Orientações quanto às ações e atitudes nos diversos contextos de acessibilidade das pessoas com deficiência na universidade

(abre aspas) “Ainda, pensando na educação inclusiva e considerando seus pressupostos legais e conceituais, uma instituição de educação superior socialmente responsável é aquela que reconhece a necessidade de mudança cultural e investe no desenvolvimento de ações de formação continuada para a inclusão, envolvendo os professores e toda a comunidade acadêmica” (fecha aspas).

Ministério da Educação

Esta seção trata acerca das ações e atitudes relacionadas aos diversos contextos da acessibilidade no que diz respeito ao que pode ser criado, refeito e/ou melhorado para promover a qualidade de vida das PcD na universidade.

Logo, tais ações foram baseadas no referencial teórico que originou este guia, bem como em políticas de acessibilidade e inclusão para PcD já existentes, documentos relacionados às garantias de acessibilidade e inclusão das PcD e políticas de acessibilidade inseridas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), disponibilizados nos portais de algumas universidades federais brasileiras.

Se faz necessário destacar que caso a sua universidade não se adeque à alguma ou algumas das orientações, deve-se adaptá-las a cada realidade. Portanto, foram organizadas observando os contextos de acessibilidade (arquitetônico, atitudinal, comunicacional, metodológico, instrumental e programático). Desse modo, a seguir estão descritas orientações acerca da acessibilidade arquitetônica.



Ilustração de Freepik/Flaticon.

## 6.1 Ações e atitudes no contexto arquitetônico

Está interessada em proporcionar autonomia na mobilidade das PcD, por meio da eliminação de barreiras em espaços físicos, nos equipamentos, mobiliários e meios de transporte da universidade. Por isso, foram sugeridas as seguintes ações:

- Realizar um diagnóstico do estado das instalações e equipamentos da universidade que restringem a autonomia das PcD e ocasionam obstáculos arquitetônicos;
- Na elaboração do diagnóstico, desenvolver juntamente com as PcD um banco de dados com informações sobre as instalações e equipamentos da universidade, construídos, reformados e/ou adaptados, conforme programação definida pelo cronograma de manutenção das instalações da universidade;
- O setor de infraestrutura da universidade deve privilegiar projetos de arquitetura, engenharia e planos diretores de infraestrutura com foco no conceito de desenho universal e realizá-los juntamente com a PcD;
- Áreas públicas devem ter faixas de piso diferenciado para orientação de PcD visual;
- Buscar melhores condições de transporte público acessível junto aos órgãos responsáveis;
- Sugere-se que a administração superior da universidade deve promover um diálogo com o órgão fiscalizador do sistema de transporte público do governo, com o objetivo de garantir a acessibilidade nas linhas de ônibus no trajeto para os campi;
- Deve atentar-se para as condições dos pontos de parada de ônibus fazendo uso de placas indicativas devidamente acessíveis e sinalizadas para o embarque e desembarque. Nesses locais, promover o conforto básico através de cobertura para proteção de sol e chuva e assentos para os alunos, sinalizando os assentos das PcD;
- Portaria com serviço de recepção para o acesso por PcD física e/ou pessoa com mobilidade reduzida, bem como balcões e

mobiliários acessíveis à eles;

- Deve haver a adequação dos balcões de atendimento e demais mobiliários existentes aos parâmetros de acessibilidade. Em caso de substituição, o mobiliário a ser adquirido deve respeitar esses parâmetros;
- Todos os acessos da universidade deve haver a opção de rampas, elevadores e/ou plataformas elevatórias;
- Deve haver plataformas de deslocamento vertical ligando diferentes níveis de pavimentos do prédio principal;
- Corredores amplos e portas de acesso que permitem o deslocamento e manobra de pessoas em cadeiras de rodas, desse modo obedecer largura livre mínima recomendada um metro e cinquenta centímetros (1,50m), sendo admissível pelo menos um metro e vinte centímetros (1,20m);
- As calçadas da universidade devem ser construídas sem desnível, com faixa de circulação recomendável de pelo menos um metro e cinquenta centímetros (1,50m);
- As rampas devem ser confortáveis sem requerer muito esforço da PcD, e suas medidas não apenas devem estar de acordo com a NBR 9050/2021, mas também devem ser testadas por várias pessoas das mais variadas tipologias de deficiência;
- As escadas devem conter sinalização visual e antiderrapante nos degraus;
- As entradas do campus devem ter catracas acessíveis e piso tátil, facilitando o acesso à universidade;
- Adequar o paisagismo para que não se torne uma barreira arquitetônica (ex. árvores e bancos). Quanto à vegetação existente no espaço da universidade, a altura das plantas deve respeitar a altura mínima de dois metros e dez centímetros (2,10m);
- Construir rotas acessíveis nos campi, ou seja, projetar e buscar recursos para sinalizar as rotas acessíveis e secundárias com indicações das



Ilustração de Freepik/Flat

direções, obstáculos arquitetônicos e distâncias, por meio de mapa tátil;

- A construção, a reforma, a ampliação ou a mudança de uso de edificações deverão ser executadas de modo a serem acessíveis;
- A universidade deve providenciar de acordo com a demanda e a necessidade da infraestrutura: plataformas, corrimãos, guarda-corpos, muretas e guias de balizamentos em rampas, escadas, degraus isolados e desníveis;
- Mesas, lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas;
- Salas de aula com mesas acessíveis para cadeirantes;
- Marcar mobiliários e computadores preferenciais para PcD, respeitando sempre a livre escolha, mas garantindo espaço adequado;
- Acesso prioritário às salas de aula, ao alojamento, ao restaurante universitário, auditórios, biblioteca, bem como a circulação nas dependências da universidade;
- Sanitários adaptados para uso de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida;
- A universidade deve providenciar a adequação e a manutenção de sanitários e vestiários acessíveis, garantindo o quantitativo mínimo previsto e seu funcionamento em tempo integral;
- Deve-se posicionar os boxes para os sanitários com espaço livre suficiente para circulação do cadeirante;
- As portas dos banheiros devem possuir largura suficiente para a passagem dos cadeirantes;
- Deve-se ajustar a altura do lavatório do banheiro de forma adequada para uso dos cadeirantes;
- Acesso, por meio de rampa e elevador aos auditórios;
- Poltronas e espaços adaptados para PcD física nos auditórios;

- Auditórios com iluminação suficiente e de emergência;
- Saídas de emergência devidamente sinalizadas nos espaços da universidade;
- Devem ser reservados espaços livres e assentos para a PcD, de acordo com a capacidade de lotação da edificação, de teatros, auditórios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares, sendo no mínimo 4% dos assentos reservados para PcD e 2% para pessoas com mobilidade reduzida e seus respectivos acompanhantes;
- Deve haver disponibilização de equipamentos de acesso à internet, com hardwares e softwares próprios para PcD visual na biblioteca, e o acervo da biblioteca em vídeo e em Braille, impressora Braille, teclado acessível, caixa de som e fones de ouvido para uso na biblioteca;
- No que diz respeito ao restaurante universitário e demais espaços de refeição nos campi, deve ter no mínimo 5% (cinco por cento) de mesas acessíveis a PcD;
- Elevadores sociais devem estar dimensionados para transporte de cadeirantes;
- Deve haver corrimãos em todas as escadas;
- Identificação em Braille nas botoeiras e botões de chamada dos elevadores;
- Aviso de voz identificando andares de parada do elevador;
- Deve haver a quantidade de elevadores necessários ao atendimento de toda a comunidade acadêmica;
- Atentar-se a manutenção preventiva e corretiva dos elevadores e plataformas eletromecânicas;
- As portas e janelas do campus, inclusive de elevadores, devem obedecer à altura mínima de dois metros e dez centímetros (2,10m) e largura mínima de oitenta centímetros (0,80m);
- As portas dos elevadores devem apresentar largura suficiente para um cadeirante;

- O tempo de permanência que a porta do elevador fica aberta deve ser o suficiente para passagem livre da PcD;
- Os botões de chamadas dos elevadores devem ter altura suficiente para alcance da PcD física ou com baixa estatura;
- Os corrimãos devem ser de seção circular e apresentando diâmetro confortável para as mãos;
- Deve haver um espaço livre entre a parede e o corrimão;
- A altura dos corrimãos das escadas deve ser adequada à PcD;
- A altura dos corrimãos das rampas está adequada a dois tipos de altura, para pessoas que andam de pé e cadeirantes;
- Projeto de piso tátil direcional e de alerta, acompanhado de mapa tátil, em todas as rotas;
- Mapas táteis das localizações das edificações nos campi e das rotas e paradas dos ônibus que atendem os campi, bem como dos ônibus intercampi;
- Instituir a remoção e substituição dos pisos táteis direcionais que representem risco de queda devido às más condições de conservação e/ou que não sirvam ao direcionamento para o qual foram inicialmente instalados;
- As portas dos ambientes comuns, como sanitários, salas de aula, saídas de emergência e outros devem dispor de sinalização visual e tátil;
- Na universidade, deve haver algum tipo de sinalização sonora para alertar situações de emergência ou perigo;
- As faixas, placas de identificação, toldos, luminosos e similares devem respeitar a altura mínima de dois metros e dez centímetros (2,10m);
- Reservar pelo menos 2% das vagas de estacionamento para as PcD;
- Inserir a devida sinalização das vagas de estacionamento de acordo com o Símbolo Internacional de Acesso (SIA), próximas dos acessos de circulação de pedestres, para veículos que

transportam PcD e pessoas com mobilidade reduzida;

- Realizar estudos sobre melhor localização de reservas de vagas de estacionamento, isto é, locais próximos às entradas e saídas da universidade;
- Em caso de escassez de vagas de estacionamento para alunos com deficiência, verificar a possibilidade de liberar o acesso deles estando devidamente sinalizados, em estacionamentos específicos para professores e técnico-administrativos.

Tendo isso em vista, compreende-se que a instituição deve manter ações que visem promover a mobilidade livre das PcD nas instalações da universidade, seja na sala de aula, corredores, bibliotecas ou banheiros da instituição.

## 6.2 Ações e atitudes no contexto comunicacional

Este contexto de acessibilidade diz respeito à remoção de barreiras comunicacionais de natureza interpessoal e nos ambientes, que podem ocorrer na comunicação escrita e/ou oral no espaço físico e/ou virtual. E desse modo, suprimir os obstáculos nos sistemas de comunicação e tecnologia da informação, além de promover o acesso à informação e ao conhecimento. A seguir, elencou-se algumas ações inerentes à comunicação na universidade:

- Oferecer treinamento e capacitação aos servidores que trabalham com atendimento ao público, esclarecendo quanto às potencialidades da instituição nos campos da infraestrutura, comunicação, equipamentos e atendimento educacional, bem como o oferecimento de turmas de Libras;
- Promover o atendimento ao público (pessoas, por telefone ou por qualquer meio eletrônico/digital) que seja adequado às PcD, inclusive aceitando e facilitando, em trâmites oficiais, o uso da Libras, do Braille, da comunicação aumentativa e/ou alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das PcD;

- Alocar os balcões de atendimento em alturas que facilitem a comunicação das PcD;
- Deve-se dialogar diretamente com as PcD auditiva, e evitar comunicar-se por intermédio de acompanhantes e/ou intérpretes e tradutores de Libras;
- Aquisição contínua de mobiliário e dispositivos de acessibilidade na comunicação, abrangendo acervo da biblioteca em vídeo e em Braille, impressora Braille, teclado acessível, caixas de som, fones de ouvido para uso das PcD, e aquisição de softwares e dispositivos de informática acessíveis;
- A biblioteca deve possuir leitores eletrônicos para que as PcD visual sejam capazes de ouvir os conteúdos do currículo;
- Buscar a aquisição, desenvolvimento e disponibilização de materiais didáticos/pedagógicos e bibliográficos acessíveis como gravações em Libras e audiodescrição, de acordo com demanda identificada;
- Solicitar recursos financeiros e estruturais para funcionamento adequado do núcleo de acessibilidade e das bibliotecas para atendimento das especificidades das PcD como impressora 3D, tela grande para computador;
- Elaboração de material impresso e digital para divulgação nos canais de comunicação dos serviços prestados pelo núcleo de acessibilidade;
- Oferecer serviços de digitalização, conversão e ampliação de materiais bibliográficos tanto impressos quanto digitais, computadores adaptados com softwares leitores e ampliadores de tela, impressão em Braille, lupa ampliadora digital portátil, scanner leitor de livros, scanner digitalizador de imagens, folheador de páginas;
- Oferecer computadores nas bibliotecas e laboratórios com teclados adaptados para escrita dos trabalhos por comando de voz;
- Disponibilizar órteses, que são aparelhos ou adaptações

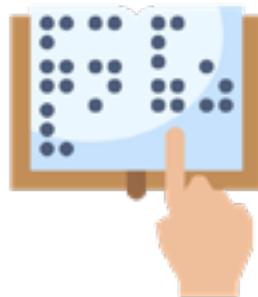


Ilustração de Freepik/Flaticon.

fixadas e utilizadas no corpo do aluno, para interação com o computador;

- Na aquisição de bases de dados e livros, deve-se priorizar fornecedores que disponibilizem requisitos de acessibilidade em seus produtos, como por exemplo, os livros em formatos de áudio, Braille, ampliados, arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los;
- Articular entre universidades do Brasil para desenvolvimento de biblioteca digital com softwares de gerenciamento (por exemplo DSpace), para armazenamento e disponibilização de materiais bibliográficos acessíveis já produzidos;
- Implementar na biblioteca sinalização interna e externa, realocação de espaços individuais para pesquisa, e disponibilização do repositório nacional de material digital;
- Implantar e implementar barras de menus de acessibilidade nas páginas e portais da universidade, assim como adquirir e criar ferramentas de acessibilidade (como por exemplo, o tradutor de textos de português para Libras e voz [Rybená](#)), utilizando os padrões [W3C](#) e [eMAG](#);
- Implantar e implementar um sistema para acessibilidade na web que permita a personalização das páginas, deixando-as mais acessíveis para qualquer usuário levando em consideração o design universal;
- Acompanhamento da contratação de intérpretes/tradutores de Libras e docentes para ministração da disciplina de Libras, bem como realizar parceria com o curso de Licenciatura em Letras/Libras para apoio nessa disciplina;
- Estabelecer uma central de atendimento a fim oferecer serviços de intérpretes e tradutores de Libras à comunidade acadêmica;
- Oferecer serviço de interpretação/tradução de Libras em eventos científicos, acadêmicos e comemorativos; cursos de graduação e pós-graduação; atividades internas da



Ilustração de Freepik/Flaticon.

universidade como reuniões, defesas de teses e dissertações, formaturas; manifestações públicas, pronunciamentos e divulgações oficiais, etc.;

- Promover a participação dos profissionais intérpretes e tradutores de Libras em: atividades didático-pedagógicas (ensino, pesquisa, extensão e cultura se houver), atividades avaliativas e congressos acadêmicos, atividades e eventos culturais, serviços e atividades oferecidos pela instituição, como exemplo, os hospitais universitários, processos seletivos e concursos públicos promovidos pela instituição;
- Disponibilizar a interpretação/tradução em Libras de textos e conteúdos que estão nos portais da instituição;
- Deve-se dispor de audiodescriptores (recursos tecnológicos e humanos) de modo a atender satisfatoriamente a demanda existente ou que vier a existir;
- Utilizar legendas ocultas (*closed caption*) em materiais como vídeos e documentários;
- Promover capacitação através de cursos, palestras, oficinas, para tradutores e intérpretes de Libras e de outras línguas, de guias-intérpretes, de profissionais habilitados em Braille, em audiodescrição, em [estenotipia](#) e em legendagem, transcritores, leitores e copistas;
- Viabilizar o acesso das PcD aos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, visando eliminar barreiras tecnológicas e de comunicação, promovendo a percepção, capacidade de operação e compreensão de tais meios;
- Para melhor efetivação da tradução do português para a Libras, os intérpretes/tradutores de Libras devem ter acesso previamente ao conteúdo que será abordado na sala de aula ou em eventos;
- Deve-se fornecer a caixa que auxilia nos cálculos matemáticos (sorobã) aos alunos com deficiência;
- Os estudantes com deficiência têm direito à adaptação do currículo conforme suas necessidades. No caso de componentes curriculares em que não seja possível a

adaptação do conteúdo, a aprendizagem deve estar embasada na compreensão dos fundamentos;

- Dispor de sinalização em lugar visível sobre o direito de atendimento prioritário das PcD ou com mobilidade reduzida;
- Elaborar vídeos com tradução e adaptação de conteúdos para discentes surdos inserindo a janela de Libras;
- Deve-se utilizar recursos visuais que facilitem a apropriação de conteúdos verbais;
- Instalar nos elevadores, telefones e relógios dispositivos de comando de voz;
- Instalar nos elevadores placas Braille para melhor acesso às informações pela PcD visual;
- É preciso disponibilizar auxílios ópticos como lentes, lupas e teléupas no âmbito da biblioteca, das salas de aula e em demais espaços que requerem essa demanda;
- Disponibilizar nos computadores da biblioteca e dos laboratórios softwares leitores de tela, leitores de texto e ampliadores de tela;
- Dispor de máquinas e scanners ópticos para facilitar a leitura de um texto impresso traduzido em fala sintetizada.



Ilustração de Freepik/FlatIcon.

Em vista disso, as universidades deverão criar e manter ações que intencionam acolher, reconhecer e valorizar as PcD, através da demonstração de importar-se com as melhores estratégias para comunicação acessível.

## 6.3 Ações e atitudes no contexto metodológico

Na acessibilidade metodológica, idealiza-se a inexistência de obstáculos nos métodos e técnicas de ensino/aprendizagem e de trabalho, isto é, quando o corpo docente preocupa-se com a metodologia utilizada de forma que contemple os pressupostos filosóficos, legais e políticos da educação inclusiva. Dessa maneira, estabelecendo estratégias pedagógicas para facilitar o acesso da PcD ao currículo e sua interação na comunidade acadêmica, prevenindo situações como retenção e evasão, e assim, garantindo a sua permanência. A seguir, foram organizadas algumas dessas ações:

- Buscar conhecer os alunos com deficiência, procurando estabelecer um vínculo de apoio para facilitar o processo de ensino-aprendizagem, bem como conhecer quais são suas necessidades, fortalezas e desafios no que diz respeito a sala de aula;
- Procurar compreender o histórico de dificuldades e/ou alto desempenho nas diversas áreas do conhecimento, bem como na elaboração de estratégias para suprimir as possíveis barreiras no processo de inserção no meio acadêmico;
- No que diz respeito a metodologia de incentivo ao relacionamento interpessoal das PcD, inicialmente sugere-se que haja observação de quais comportamentos interferem no desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem, e quais são aqueles que facilitam e como se dá a dinâmica em sala de aula com o grupo de colegas;
- A universidade deve prever nos projetos pedagógicos dos cursos, levando em consideração as especificidades formativas destes, medidas relacionadas à metodologia, material didático e avaliação que garantam, em condições de equidade, igualdade, permanência, exercício pleno no ensino e aprendizagem de discentes com deficiência. Para isso, se faz necessário que esse currículo no seu processo de concepção, estruturação e implantação de modo que nenhum de seus componentes se torne um empecilho incontornável ao estudante com deficiência;

- Oferecer suporte aos docentes que acompanham os alunos com deficiência, buscando orientá-los e apoiá-los sobre métodos de ensino-aprendizagem e articulando sugestões de encaminhamento, estratégias e metodologias alternativas tanto nas questões didáticas quanto nas formas de avaliação, para lidar com as necessidades de aprendizagem específicas dos alunos com deficiência;
- Analisar as possibilidades de conhecer a família e profissionais que dão assistência ao aluno com deficiência. Dessa forma, buscando entender a dinâmica familiar e quais aspectos são relevantes da história do aluno, e assim, estabelecer trocas com os familiares para se tornarem aliados na permanência da PcD na universidade;
- Implementar um projeto pedagógico que estabeleça o atendimento educacional especializado, por meio de estudos de caso, visando atender às características obtidas das PcD, assim, garantindo o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade e autonomia;
- Permitir adaptações pedagógicas e avaliativas que considerem as características das PcD como: adequação de tempo de avaliação; prova individualizada, oral, sinalizada, ampliada, em Braille, em Libras, e/ou com recursos de tecnologias assistivas; permanência do professor de apoio ou intérprete/tradutor de Libras em sala de aula; comunicação tátil; meios de voz digitalizada e/ou humana gravada; ampliação do tempo para conclusão do curso; fornecimento de material pedagógico conforme os softwares acessíveis disponibilizados;
- Implantar e implementar um projeto de apoio acadêmico e tutoria às PcD, para atender as necessidades educacionais específicas de acesso ao conhecimento do aluno na universidade através de tutorias orientadas e supervisionadas com concessão de bolsas para atuar como mediador das relações entre docente e discente com deficiência, e apoio nas atividades a serem realizadas;



Ilustração de Freepik/Flaticon

- Nas orientações às PcD, buscar conhecer e reconhecer seus estilos de aprendizagem (sensoriais/intuitivos, visuais/verbais, ativos/reflexivos, sequenciais/globais, indutivos/dedutivos) bem como às inteligências múltiplas (linguística, lógico-matemática, espacial, musical, corporal-cinestésica, intrapessoal e interpessoal), assim favorecendo o desempenho acadêmico;
- Sugere-se também elaborar um plano de desenvolvimento individual dos alunos com deficiência para orientar procedimentos corretos de acessibilidade e adequação pedagógica em sala de aula;
- Salienta-se que no momento de planejamento das aulas, da escolha de plataformas ou ambientes virtuais de aprendizagem, da definição das atividades, de recursos e de avaliação da aprendizagem, é preciso observar as questões inerentes à acessibilidade;
- Destacar o papel do professor como um dos responsáveis pelo processo de aprendizagem de todos os alunos, inclusive das PcD, e do professor de apoio e intérpretes/tradutores como mediadores de tal processo;
- Fomentar pesquisas destinadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, estabelecendo parceria com instituições sem fins lucrativos, a fim de formular políticas públicas intersetoriais para promoção da acessibilidade;
- Contribuir para estabelecer condições de acesso, serviços de apoio, recursos e auxílios de acessibilidade orientada para eliminação das barreiras que possam dificultar a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento nas atividades acadêmicas da PcD;
- No que diz respeito à solicitação do atendimento especial para PcD nos métodos de ensino/aprendizagem e de avaliação, deve-se ser solicitado previamente serviços como: adaptação de provas em formato acessível; disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis (gravações em Libras e audiodescrição); apoio especializado necessário, intérprete/tradutor de Libras, leitor/transcritor, de acordo com



a necessidade educacional específica; adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação, levando em conta a singularidade linguística da PcD, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

- Estimular a comunidade nas publicações e produção de materiais bibliográficos com conhecimentos que promovam informações sobre as deficiências e eficiências das PcD e propostas didático-pedagógicas para a inclusão;
- Para assegurar a aprendizagem das PcD visual, a universidade deve disponibilizar: softwares que os permita utilizar com autonomia os aplicativos computacionais, através da leitura de menus e telas por um sintetizador de voz, podendo esse recurso ser utilizado para aplicação de provas; material em Braille; softwares de ampliação de tela e equipamentos para ampliação de textos para atendimento ao aluno com visão subnormal; gravadores e régua Braille;
- No que se refere aos laboratórios de informática para acessibilidade metodológica das PcD visual, deve-se buscar instalar programas leitores de tela, como por exemplo, [Braille Fácil](#), [DOSVOX](#), [NVDA](#) (leitor de tela gratuito para Windows), [Virtual Vision](#) (leitor de tela pago para Windows), [Orca](#) (leitor de tela gratuito para Linux), [VoiceOver](#) (leitor de tela para IOS que acompanha os dispositivos da Apple) e [BR Braille](#);
- Organizar as carteiras, mesas, armários etc. das salas de aula, de forma que propicie melhor a locomoção e visibilidade da aula explanada;
- Os docentes devem buscar compreender socialmente o contexto de cada aluno com deficiência, a fim de desenvolver metodologias eficientes;
- A utilização da fala para transmissão dos conteúdos abordados deve ser realizada de forma clara e articulada e à frente da PcD auditiva, dando a possibilidade do uso da leitura labial;
- Caso seja indispensável a utilização de imagens, tabelas ou gráficos no ambiente virtual de aprendizagem, o docente deve descrever esses recursos educacionais durante as aulas e no material de apoio utilizado, ou seja, nos slides, nos esquemas,

nas sínteses, etc.;

- Sugere-se que na construção de textos, deve-se haver a descrição da aparição de aspas e/ou apóstrofes para facilitar a leitura pelo leitor de tela, como por exemplo: (abre aspas) "texto" (fecha aspas) e/ou (abre apóstrofo) 'texto' (fecha apóstrofo);
- No contexto da sala de aula (presencial ou virtual) com discente cego ou com baixa visão, expressões como (abre apóstrofo) 'nesta imagem' (fecha apóstrofo), (abre apóstrofo) 'como pode-se ver na ilustração' (fecha apóstrofo) ou (abre apóstrofo) 'aquí é possível visualizar' (fecha apóstrofo) devem ser substituídas pela descrição da imagem;
- Sugere-se estimular a turma da sala de aula a participar da descrição dos elementos visuais, assim incentivando a cultura da inclusão em que todos possam ser protagonistas;
- Para melhor entendimento da PcD visual, elencam-se algumas dicas de descrição de imagem que podem ser utilizadas em sala de aula:
  - a) Iniciar informando qual o tipo da imagem (fotografia, tira, gráfico, infográfico, etc.);
  - b) Descrever as cores existentes na imagem;
  - c) Descrever a imagem da esquerda para a direita e de cima para baixo;
  - d) Descrever o primeiro plano da imagem antes do plano de fundo;
  - e) Iniciar a descrição de tabelas e gráficos pelas principais informações;
  - f) Evitar adjetivos, advérbios e pronomes possessivos nas descrições;
  - g) Citar os detalhes essenciais da imagem, apesar dela possuir muitos detalhes;

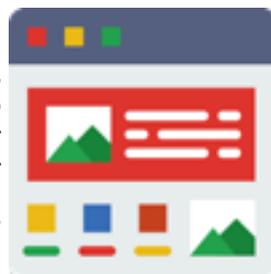


Ilustração de Freepik/Flaticon.

- h) Dar preferência ao uso da terceira pessoa e o tempo presente nas descrições.
- Na descrição de cores, sugere-se assegurar-se de que todas as informações fornecidas através de cores estejam também disponíveis sem cor. Desse modo, irá auxiliar na assimilação de pessoas que podem apresentar dificuldades na sua percepção, como por exemplo, as pessoas com baixa visão; as pessoas de visão monocromática; os daltônicos devido à percepção prejudicada para as cores vermelha, verde e azul e aquelas que possuem monitores com baixa resolução de tela ou baixa qualidade de imagem;
  - No que diz respeito às apresentações visuais, deve-se evitar efeitos como aparecer e desaparecer, conteúdos em flash, animações, Graphics Interchange Format (GIF), mudanças bruscas de cor e iluminação de claro para escuro ou vice-versa ou ainda apresentar textos com fundo de cores fortes, pois causa estresse e dificuldades de concentração e aprendizagem em autistas, pessoas com epilepsia fotossensível e déficit de atenção;
  - Sobre os conteúdos explanados em aulas síncronas ou assíncronas em formato de áudio para PcD auditiva/surdos, também podem ser descritos através de texto, legendagem ou janela com tradução em Libras. Logo, é necessário informar se o discente é usuário da Libras ou se prefere usar legenda em língua portuguesa. Sendo assim, sugere-se que a utilização de apenas um recurso não elimina o outro, por isso, é importante optar pela utilização dos dois recursos;
  - Ao redigir textos, recomenda-se utilizar fontes de texto sem serifa, com tamanho 12 ou superior e espaçamento de 1,5 com frases curtas de 15 a 20 palavras, e alinhar todo o texto à esquerda;
  - Ainda sobre a elaboração de textos, caso utilize palavras pouco comuns ou termos técnicos próprios de determinada disciplina ou área do conhecimento, sugere-se criar um glossário de fácil acesso para melhor compreensão da linguagem do texto;
  - É importante perguntar ao aluno com deficiência



Ilustração de Freepik/

visual, se ele prefere receber a adaptação do material pedagógico em texto Braille ou em áudio;

- Aos docentes, recomenda-se evitar a correção de produções textuais da PcD visual utilizando (abre apóstrofo) 'caixa de comentários' (fecha apóstrofo), visto que ela não é reconhecida de forma ordenada com o restante do texto pelos leitores de tela e a compreensão do texto pelo discente pode ficar comprometida;
- Dar preferência à apresentação dos textos em tópicos, dado que a língua portuguesa na modalidade escrita é a segunda língua da pessoa surda, sendo assim, a utilização de materiais com legenda ou tradução em Libras é mais adequada;
- Aos docentes, sugere-se disponibilizar com antecedência o material didático, assim como os materiais bibliográficos a serem utilizados na disciplina, atentando-se para a disponibilidade de ambos em formato digital e acessível;
- Em caso de necessidade de solicitação de algum material para PcD, sugere-se às bibliotecas universitárias a possibilidade de envio prévio pelos professores das demandas necessárias para o semestre, através de e-mail para que a biblioteca providencie a separação/aquisição do material e agende a entrega com o professor solicitante;
- Aos estudantes com baixa visão, recomenda-se que todo o conteúdo programático, que será exposto na aula (em slides ou no próprio quadro), seja entregue em material impresso com fonte adequada a sua leitura;
- As provas escritas destinadas aos estudantes cegos, devem ser feitas num computador que tenha softwares leitores de tela e/ou com o auxílio de um bolsista para servir de leitor e escreva;
- Os conteúdos visuais que não podem ser descritos precisam ser adquiridos já adaptados em relevo (a exemplo dos mapas). Os materiais em relevo podem ser confeccionados com recursos como massa de modelar, cola glitter, barbante, cola metálica 3D, etc. ou através da máquina fusora de relevos táteis;



- Promover acesso e treinamento dos alunos com deficiência visual e seus monitores e estagiários para a utilização de softwares como leitores de tela, conversores de textos, etc., visando a autonomia dos mesmos;
- Promover capacitações para técnicos elaborarem materiais de orientação para produção de materiais acessíveis, que possibilitem a utilização de leitores de tela da forma mais eficiente possível por parte das pessoas cegas, que possam ser lidos por pessoas com baixa visão;
- Disponibilizar no formulário de inscrição de processos seletivos, concursos, etc. com campos específicos para que a PcD informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;
- Disponibilizar recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pela PcD.

Diante das ações apresentadas, as universidades deverão estabelecer e promover ações com o propósito de tornar o processo de ensino e aprendizagem acessível e incentivador, para permanência com qualidade das PcD no meio acadêmico.

## 6.4 Ações e atitudes no contexto instrumental

Trata-se da problemática de que as PcD, necessitam de instrumentos acessíveis para realização de tarefas do cotidiano acadêmico. Nesse sentido, a acessibilidade instrumental preocupa-se com a supressão de barreiras nos instrumentos, equipamentos e ferramentas de estudo utilizados pelas PcD. Pensando nisso, traçou-se as seguintes ações:

- Promover editais de auxílio financeiro de óculos/visão para PcD visual a fim de garantir a aquisição de lentes e armação, bem como acompanhamento oftalmológico através de parcerias com óticas e clínicas especializadas. Logo, trazendo bom desempenho nas atividades acadêmicas garantindo a

permanência com qualidade desse público na universidade;

- Promover editais de auxílio financeiro para aquisição de próteses auditivas para PcD auditiva a fim de promover a compra de aparelhos auditivos, bem como acompanhamento médico através de parcerias com clínicas e lojas especializadas. Desse modo, as PcD auditiva iriam ter maior apoio no desempenho das atividades acadêmicas, garantindo sua permanência com qualidade na universidade;
- Promover editais de auxílio financeiro para aquisição de próteses e órteses para PcD física, assim como acompanhamento médico por meio de parcerias com clínicas e lojas especializadas. Sendo assim, as PcD física iriam ter mais segurança no desempenho das atividades acadêmicas promovendo sua permanência com qualidade na universidade;
- Para apoio educacional das PcD visual e das pessoas com baixa visão, orienta-se a aquisição: iluminação especial (aquisição de luminárias individuais e/ou priorizar a alta iluminação nos espaços utilizados por esse público), carteira adaptada com a mesa inclinada, posição da carteira na sala adequada para a PcD inteirar-se dos recursos visuais e auditivos, caderno de pauta ampliada, lunetas, lupas tradicionais e lupas ampliadoras digitais portáteis;
- Já para pessoas com perda total da visão (cegueira), assegura-se as seguintes tecnologias assistivas: régua de escrita (reglete e punção), calculadoras que falam a resposta, conjuntos de sólidos geométricos para aula de geometria, gravadores, sorobã (instrumento para cálculos), teclados em Braille, maquetes e cola para marcar relevo, scanner leitor de livros, scanner digitalizador de imagens e folheador de páginas;
- Para as PcD física, sugere-se à universidade adquirir as seguintes tecnologias assistivas: mouses verticais para pessoas com tendinite (destro e canhoto), mouse pad ergonômico com apoio em gel, apoio de pulso para teclado

Ilustração de Freepik/Flaticon.



ergonômico em gel, teclado ampliado, e apoio ergonômico ajustável para os pés, mesas para pessoas que utilizam cadeiras de rodas, carteira (s) adaptada(s) com espaço amplo e acessível;

- Utilizar softwares e/ou aplicativos nos dispositivos da instituição disponíveis para transcrição eletrônica em tempo real das falas em texto.

Para melhor ilustrar e esclarecer o corpo acadêmico, encontra-se em anexo a este guia imagens de alguns instrumentos mencionados nesta seção. É importante frisar que, a promoção de autonomia para as PcD no uso desses instrumentos, são fundamentais para a motivação de permanecimento na universidade.

## 6.5 Ações e atitudes no contexto programático

Está relacionada com as barreiras nas cláusulas exigidas pelos normativos institucionais, ou seja, exigências para com os estudantes, as quais impossibilitam as PcD de cumpri-las por conta da inacessibilidade em diversos contextos. Dessa forma, sugere-se as seguintes ações:

- Estabelecer vagas específicas para PcD nas bolsas, visto que elas receberiam atenção especial no que diz respeito à flexibilidade nas horas de trabalhos semanais e locomoção para exercício das atividades dessas bolsas, caso haja agravante nesse sentido para a PcD atuar na bolsa;
- O exercício das horas semanais exigidas nos editais das bolsas não deve ser um agravante para as PcD, o qual impediria o seu ingresso e permanência nas bolsas;
- Dispor de intérpretes/tradutores de Libras nas reuniões semanais exigidas pela bolsa, caso haja PcD auditiva;



Ilustração de Freepik/Flaticon.

- Caso seja exigido nos editais das bolsas reuniões periódicas, deve-se fazê-las em locais de fácil acesso às PcD;
- Dispor sempre no ato de entrega das documentações referentes a processos seletivos de estudantes, intérprete/ tradutor de Libras para atendimento às PcD auditiva;
- As plataformas de submissão de propostas de ações da universidade devem ser acessíveis em Libras e em softwares leitores e/ou ampliadores de tela;
- Deve-se aceitar submissões de propostas de ações em Braille, a fim de promover as PcD visual que escrevem apenas em Braille de serem incluídas e terem essa possibilidade, bem como dispor de pessoas capacitadas na tradução para o português no ato do recebimento;
- A universidade deve aceitar a entrega de relatórios e/ou frequência mensal escritos em Braille, bem como dispor de pessoas capacitadas na tradução para o português no ato do recebimento;
- Ter disponibilidade de tradutores do Braille para língua portuguesa e vice-versa, na universidade no caso de ser solicitado;
- Devem ser disponibilizados modelos de frequências mensais acessíveis a leitores e/ou ampliadores de tela;
- Os documentos exigidos no ato de adesão da bolsa devem ser disponibilizados em versão Braille;
- Há dificuldades para com às PcD na execução dos planos de trabalho exigidos pelos articuladores das ações da universidade;
- Deve-se reservar percentual mínimo de 5%, previsto em lei, de cotas para PcD em concursos e demais editais de participação em programas de bolsas e estágios remunerados;
- Deve-se prestar apoio pedagógico à elaboração de normativas institucionais, programas e editais envolvendo as temáticas e questões de inclusão, acessibilidade e necessidades específicas no âmbito da universidade;

- Deve-se disponibilizar editais de abertura e retificações em formato acessível para PcD, inclusive em Libras e em Braille.

Em face ao exposto, acredita-se que havendo revisão e possíveis mudanças nos normativos já existentes e no processo de criação de posteriores, haverá maior possibilidade de adesão das PcD aos programas de bolsas acadêmicas, promovendo assim, envolvimento peculiares e experiências diferenciadas.

## 6.6 Ações e atitudes no contexto atitudinal

Está alicerçada na forma de compreensão entre as pessoas, sensibilizando-as para que busquem colocar-se no lugar de outrem sem se preocupar com suas limitações. Desse modo, enfrenta-se o preconceito e incentiva-se diferentes atitudes, por meio do rompimento de obstáculos impostos por estereótipos, estigmas e discriminações para garantir a participação social das PcD, em igualdade de condições e oportunidades. Sendo assim, foram estabelecidas as seguintes ações:

- Realizar ações de conscientização a respeito das vagas de estacionamento para PcD;
- Buscar sempre perguntar à PcD se ela precisa de auxílio e de que forma pode ajudá-la;
- Jamais ignorar as limitações da PcD, pois, ao relacionar-se com uma PcD como se ela não apresentasse nenhuma condição de deficiência, estaria desconsiderando uma característica importante dela, desse modo, deve-se sempre agir com naturalidade;
- Embora ainda conste na legislação em vigor, o termo (abre apóstrofo) 'portadores de deficiência' (fecha apóstrofo), deve-se utilizar o termo (abre apóstrofo) 'pessoas com deficiência' (fecha apóstrofo). Além disso, pode-se usar também as palavras (abre apóstrofo) 'cego' (fecha apóstrofo), (abre apóstrofo) 'surdo' (fecha apóstrofo) ou (abre apóstrofo) 'cadeirante' (fecha apóstrofo);

- Não utilizar o termo (abre apóstrofo) 'surdo-mudo' (fecha apóstrofo), pois, as pessoas surdas, por não ouvirem a voz humana, têm dificuldade para aprender a linguagem oral, mas comunicam-se por sinais e outras fazem leitura labial. Quando desejar conversar com uma pessoa surda, acene ou toque levemente, em seu braço;



Ilustração de Freepik/Flaticon.

- Desenvolver projeto de comunicação para divulgação de ações de acessibilidade que ocorrem na instituição;
- Implantar e implementar projeto de informação, sensibilização e conscientização da comunidade acadêmica, sobre o convívio com a diferença e da educação como direito de todas as pessoas;
- Promover o sentimento de pertencimento da PcD por meio de campanhas institucionais de conscientização;
- Garantir o atendimento prioritário das PcD nos diferentes setores da universidade, bem como a prioridade na alocação de salas, alojamentos, laboratórios de informática, laboratórios de pesquisa e demais espaços de uso comum na universidade, os quais garantam a supressão de obstáculos que impedem a autonomia desse público;
- Apoiar e orientar individualmente os alunos com deficiência sobre os seus direitos e regras internas da instituição, bem como da sua acessibilidade;
- Os serviços ofertados pela universidade não podem negar ou criar condições distintas devido a deficiência do solicitante, reconhecendo sua capacidade legal plena de acessibilidade;
- Deve ser assegurado que as PcD não sofram qualquer discriminação em razão de sua condição de deficiência. Em casos de denúncias de práticas discriminatórias, devem ser realizados procedimentos céleres e eficazes para apuração e responsabilização dos envolvidos;
- Implantar um grupo de estudos junto ao núcleo de

acessibilidade, o qual teria o objetivo de analisar o perfil das PcD, e as especificidades dos cursos oferecidos pela universidade, para garantir acessibilidade em seus espaços;

- Em atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão deve ser priorizada a alocação de espaço físico acessível para estudantes com deficiência;
- Estabelecer critérios de avaliação para assistência estudantil que considerem a realidade social e específica das PcD;
- Incentivar ações para a integração de conteúdos temáticos e/ou componentes curriculares relacionados à acessibilidade e inclusão das PcD nas diretrizes curriculares dos cursos e nos programas de capacitação para gestores e servidores da universidade;
- Fomentar a elaboração de projetos de ensino, pesquisa e extensão que abordem inovações metodológicas, tecnológicas, práticas e produtos proporcionando à melhoria da qualidade de vida e inclusão social no contexto pessoal, acadêmico e laboral das PcD;
- Buscar ofertar disciplinas regularmente sobre a temática da acessibilidade, a fim de atender à transversalidade no tema, em todos os cursos da universidade, conforme suas especificidades;
- Inserção e acompanhamento da disciplina de Libras nos projetos pedagógicos dos cursos;
- Difundir projetos de cunho educativo em escolas de nível básico a fim de propor a realização de oficinas, palestras, minicursos, ensinando e sensibilizando crianças e adolescentes sobre a temática de acessibilidade desmistificando preconceitos existentes que são difundidos;
- Realizar eventos acerca da temática acessibilidade e inclusão no ensino superior com o objetivo de aprofundar a compreensão institucional sobre o assunto e conscientizar o corpo acadêmico acerca de sua importância.



Ilustração de Freepik/Flaticon.

Nesses eventos deve-se haver a apresentação dos documentos institucionais sobre acessibilidade a fim de informar os estudantes acerca da existência deles, como por exemplo, a política de acessibilidade e inclusão das PcD;

- Promover cursos, palestras, oficinas, encontros, sobre temas da acessibilidade e/ou a eles relacionados para o corpo acadêmico para melhor explanação das temáticas;
- Incentivar a interação entre grupos de pesquisas em educação inclusiva e acessibilidade da PcD, com o propósito de expandir as pesquisas e fortalecer trabalhos colaborativos, para submissão de propostas às agências de fomento;
- Divulgar as ações dos núcleos de acessibilidade da universidade em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais, por meio de publicações científicas;
- Eventos científicos, acadêmicos, comemorativos e oficiais realizados na universidade devem buscar destinar uma parte de seus recursos para a acessibilidade, incluindo solicitação de intérprete/tradutor em Libras e audiodescrição nos elementos audiovisuais;
- Realizar capacitações em Libras, Braille e Sorobã, para discentes e servidores da instituição, de acordo com a demanda identificada;
- Definir estratégias para contratação de profissionais a fim de atender as demandas da educação inclusiva na universidade;
- Identificar e direcionar profissionais já existentes na instituição que tenham capacidade, habilidade e/ou vocação e possam atuar nos núcleos de acessibilidade e na equipe de atendimento educacional especializado;
- Promover a formação continuada sobre temas relacionados à acessibilidade e inclusão aos setores que compõem a comunidade universitária (discentes, docentes e técnicos-administrativos);
- Dispor de pessoal capacitado para prestar pronto atendimento às PcD, bem como às pessoas com mobilidade reduzida, idosas, obesas, gestantes;

- Os alunos que passarem à condição de PcD após seu ingresso na universidade poderão solicitar a readaptação, conforme suas necessidades e interesses, para outros cursos. Desse modo, a readaptação para outro curso só poderá ser efetivada após parecer da junta médica oficial, seguindo as normas acadêmicas da referida universidade;
- Para as PcD poderá ser concedida prorrogação no prazo de permanência nos cursos, desde que não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do tempo máximo estabelecido para conclusão do curso;
- Para as pessoas com altas habilidades e superdotação devem ser assegurados métodos, técnicas e recursos para atendimento às suas necessidades educacionais específicas para conclusão do curso de graduação ou pós-graduação em menor tempo, caso seja mais viável;
- Nos programas de pós-graduação deve-se reservar vagas para PcD nos editais de seleção, bem como reservar bolsas de estudo, observando-se a proporcionalidade de bolsas disponíveis;
- Incentivar criação de auxílios destinados aos estudantes com deficiência que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que tenham perfil da assistência estudantil, de modo a garantir estratégias específicas para sua permanência na universidade;
- Observar para não criar obstáculos que possam atrapalhar a locomoção, autonomia e independência da PcD, por exemplo no caso da obstrução de rampas ou estacionar nas vagas exclusivas para esse público;
- Reservar recursos (financeiros, humanos, etc.) para ações de acessibilidade e inclusão das PcD na universidade;
- Buscar recursos materiais e humanos para tornar eventos culturais e espaços de conhecimentos permanentes da universidade acessíveis às PcD, como por exemplo, músicas, peças teatrais, recitais, centros culturais, bibliotecas, etc.;



Ilustração de Freepik/Flaticon.

- Assegurar o acesso da PcD, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer no âmbito da universidade;
- Dar transparência e publicização quanto à informação pública relativa aos serviços de apoio e ações voltadas para as PcD;
- Deve-se ser assegurada a acessibilidade em todo o processo de realização de análise socioeconômica e de atendimento prioritário;
- O PDI da universidade deve contemplar pelo menos um tópico temático referente às ações de acessibilidade presentes na política institucional de acessibilidade, determinando o compromisso institucional com a construção de uma universidade acessível;
- Deve-se realizar avaliações periódicas sobre a satisfação da comunidade em geral e as PcD sobre as questões de acessibilidade, sendo feita através de instrumentos como os *checklists* que estão na [seção 6 Avaliação de Efetividade da Política](#);
- A universidade, de acordo com a necessidade, deve criar procedimentos para a contratação permanente ou temporária de pessoas para apoio às PcD;
- Admitir entrada e permanência de cão-guia junto de PcD ou de treinador mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal.

Isto posto, conjectura-se que as universidades devem manter ações buscando promover boas práticas e excelentes atitudes para com as PcD, respeitando-as e incentivando-as a permanecerem no âmbito do ensino superior.

Portanto, em relação às ações recomendadas nesta seção, se faz necessária a consciência de sua adoção, a fim de promover não apenas a inserção das PcD no âmbito do ensino superior, mas também sua perseverança através da acessibilidade em seus vários aspectos arquitetônico, atitudinal, comunicacional, metodológico, instrumental e programático.



# 7

## Avaliação da efetividade da política (*Checklists*)

(abre aspas) “Se a acessibilidade for considerada como uma capacidade de se ‘dar acesso’, a inclusividade pode ser definida como a capacidade de incluir, ampla e irrestritamente, quem é vítima de exclusão social” (fecha aspas).

Luiz C. L. Ventura

Nesta seção, serão abordadas recomendações para avaliação da efetividade da política de acessibilidade e inclusão das PcD no âmbito das universidades federais brasileiras. Nesse contexto, é pertinente salientar que a avaliação é requisito fundamental para diagnosticar a eficiência e eficácia de uma política, pois, é partir desse diagnóstico que pode-se verificar se os objetivos traçados pela política foram alcançados, e caso haja necessidade, fazer ajustes para melhorá-los e/ou atualizá-los.

O acompanhamento e realização do diagnóstico pode ser feito através de *checklists*, que segundo Nicoletti (2013), são instrumentos que caracterizam-se como uma lista de tarefas ou ações, como é o caso da política, onde é possível realizar uma triagem das ações que foram ou não concretizadas.

Pensando nisso, foi criado um *checklist* de avaliação das ações propostas neste guia, para diagnosticar o cenário da acessibilidade e inclusão das PcD da universidade pós-implantação da política. O referido *checklist* foi estruturado de acordo com as seções de sugestões à unidade responsável pela execução da política, e das orientações quanto às ações e atitudes nos diversos contextos da acessibilidade. Em vista disso, orienta-se às instituições verificar através do *checklist* de avaliação, conforme a seleção das ações concernentes à sua demanda institucional.

O referido *checklist* foi estruturado de acordo com as ações de acessibilidades elencadas na [seção anterior](#), respaldado nos contextos de acessibilidades definidos por Sasaki (2005).

Para utilizá-lo, é necessário observar o estado de cada ação da seguinte maneira:

- a) se a ação está sendo atendida, marca-se **S** para **Sim**;
- b) se a ação não está sendo atendida, marca-se **N** para **Não**;
- c) se a ação está sendo parcialmente atendida, marca-se **P** para **Parcialmente**;

d) se a ação não se aplica, marca-se **N/A** para **Não se Aplica**;

Desse modo, o referido *checklist* pode ser visualizado a seguir:

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>Acessibilidade arquitetônica</b>					
<b>1</b>	É desenvolvido junto com as PcD um banco de dados com informações sobre as instalações e equipamentos da universidade, construídos, reformados e/ou adaptados, que restringem a autonomia das PcD e ocasionam obstáculos arquitetônicos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>2</b>	Há áreas públicas com faixas de piso diferenciado para orientação de PcD visual.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>3</b>	Percebe-se o interesse da universidade em buscar melhores condições de transporte público e acessível junto aos órgãos responsáveis.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>4</b>	Os pontos de paradas de ônibus fazem uso de placas indicativas devidamente acessíveis e sinalizadas para o embarque e desembarque.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>5</b>	Nos pontos de paradas de ônibus, há cobertura para proteção de sol e chuva e assentos para os alunos e os assentos das PcD devidamente sinalizados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>6</b>	Na recepção da portaria possui balcões e mobiliários acessíveis para PcD física e/ou pessoa com mobilidade reduzida.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>7</b>	Em todos os acessos da universidade há opção de rampas, elevadores e/ou plataformas elevatórias.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>8</b>	Há plataformas de deslocamento vertical ligando diferentes níveis de pavimentos do prédio principal.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>9</b>	Os corredores são amplos e as portas de acesso permitem o deslocamento e manobra de pessoas em cadeiras de rodas, obedecendo a largura livre mínima recomendada de um metro e cinquenta centímetros (1,50m), sendo admissível pelo menos um metro e vinte centímetros (1,20m).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>10</b>	As calçadas da universidade são construídas sem desnível, com faixa de circulação recomendável de pelo menos um metro e cinquenta centímetros (1,50m).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>11</b>	As rampas são confortáveis sem requerer muito esforço da PcD, e suas medidas não apenas estão de acordo com a NBR 9050, mas também no ato da construção foram testadas por várias pessoas das mais variadas tipologias de deficiência.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>12</b>	As escadas possuem sinalização visual e antiderrapante nos degraus.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>13</b>	As entradas do campus possuem catracas acessíveis e piso tátil.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>14</b>	O paisagismo está adequado para que não se torne uma barreira arquitetônica (ex. árvores e bancos).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>15</b>	Quanto à vegetação existente no espaço da universidade, a altura das plantas respeitam a altura mínima de dois metros e dez centímetros (2,10m).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>16</b>	As rotas nos campi são acessíveis, e estão sinalizadas com indicações das direções, obstáculos arquitetônicos e distâncias, por meio de mapa tátil.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>17</b>	A construção, a reforma, a ampliação ou a mudança de uso de edificações são executadas de modo a serem acessíveis.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>18</b>	Há na universidade plataformas, corrimãos, guarda-corpos, muretas e guias de balizamentos em rampas, escadas, degraus isolados e desníveis, de forma suficiente para as demandas das PcD.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>19</b>	Mesas, lavabos, bebedouros e telefones públicos estão em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>20</b>	Nas salas de aula estão disponíveis mesas acessíveis para cadeirantes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>21</b>	Os mobiliários e computadores preferenciais para PcD estão devidamente marcados/sinalizados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>22</b>	Há acesso prioritário às salas de aula, alojamento, restaurante universitário, auditórios, biblioteca, bem como a circulação nas dependências da universidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>23</b>	Os sanitários são adaptados para uso por cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>24</b>	A universidade realiza a adequação e a manutenção de sanitários e vestiários acessíveis, garantindo o quantitativo mínimo previsto e seu funcionamento em tempo integral.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>25</b>	Há barras de apoio nas paredes dos banheiros.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>26</b>	Os boxes para os sanitários têm espaço livre suficiente para circulação do cadeirante.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>27</b>	As portas dos banheiros possuem largura suficiente para a passagem do cadeirante.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>28</b>	A altura dos lavatórios dos banheiros está adequada para uso dos cadeirantes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>29</b>	O auditório pode ser acessado através de rampa e/ou elevador.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>30</b>	Há poltronas e espaços adaptados para PcD física nos auditórios.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>31</b>	Há nos auditórios iluminação suficiente e sistema de iluminação de emergência.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>32</b>	As saídas de emergência dos espaços da universidade são devidamente sinalizadas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>33</b>	São reservados espaços livres e assentos para a PcD, de acordo com a capacidade de lotação de auditórios, sendo no mínimo 4% dos assentos reservados para PcD e 2% para pessoas com mobilidade reduzida e seus respectivos acompanhantes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>34</b>	São reservados espaços livres e assentos para a PcD, de acordo com a capacidade de lotação de ginásios de esporte, sendo no mínimo 4% dos assentos reservados para PcD e 2% para pessoas com mobilidade reduzida e seus respectivos acompanhantes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>35</b>	São reservados espaços livres e assentos para a PcD, de acordo com a capacidade de lotação de locais de espetáculos e de conferências e similares, sendo no mínimo 4% dos assentos reservados para PcD e 2% para pessoas com mobilidade reduzida e seus respectivos acompanhantes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>36</b>	São disponibilizados equipamentos de acesso à internet, com hardwares e softwares próprios para PcD visual na biblioteca.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>37</b>	É disponibilizado o acervo da biblioteca em vídeo e em Braille.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>38</b>	É disponibilizado impressora Braille na biblioteca.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>39</b>	É disponibilizado teclado acessível na biblioteca.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>40</b>	É disponibilizado caixa de som na biblioteca.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>41</b>	É disponibilizado fones de ouvido para uso na biblioteca.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>42</b>	No restaurante universitário e demais espaços de refeição nos campi da universidade, são disponibilizadas no mínimo 5% (cinco por cento) de mesas acessíveis às PcD.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>43</b>	Há elevadores sociais dimensionados para transporte de cadeirantes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>44</b>	Há corrimãos em todas as escadas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>45</b>	Há identificação em Braille nas botoeiras e botões de chamada dos elevadores.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>46</b>	Os elevadores têm sistema de aviso de voz identificando andares de parada.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>47</b>	Há elevadores suficientes para atender toda a comunidade acadêmica.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>48</b>	É realizada manutenção preventiva e corretiva dos elevadores e plataformas eletromecânicas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>49</b>	As portas dos elevadores têm largura suficiente para um cadeirante.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>50</b>	O tempo de permanência que a porta do elevador fica aberta é suficiente para passagem livre da PcD.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>51</b>	Os botões de chamadas dos elevadores têm altura suficiente para alcance da PcD ou com baixa estatura.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>52</b>	Os corrimãos são de seção circular com diâmetro confortável para as mãos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>53</b>	Há um espaço livre entre a parede e o corrimão.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>54</b>	A altura dos corrimãos das escadas está adequada à PcD.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>55</b>	A altura dos corrimãos das rampas está adequada a dois tipos de altura, para pessoas que andam de pé e cadeirantes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>56</b>	As portas e janelas do campus, inclusive de elevadores, obedecem à altura mínima de dois metros e dez centímetros (2,10m) e largura mínima de oitenta centímetros (0,80m).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>57</b>	São utilizados pisos táteis direcionais e de alerta, acompanhado de mapa tátil em todas as rotas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>58</b>	Há mapas táteis das localizações das edificações nos campi e das rotas e paradas dos ônibus que atendem os campi, bem como dos ônibus intercampi.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>59</b>	Há manutenção para remoção e substituição dos pisos táteis direcionais que representem risco de queda devido às más condições de conservação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>60</b>	Há portas em ambientes comuns, como sanitários, salas de aula, saídas de emergência e outros que devem dispor de sinalização visual e tátil.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>61</b>	Na universidade, há algum tipo de sinalização sonora para alertar situações de emergência ou perigo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>62</b>	As faixas, placas de identificação, toldos, luminosos e similares apresentam altura mínima de dois metros e dez centímetros (2,10m).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>63</b>	Nos estacionamentos há reserva de pelo menos 2% das vagas para as PcD.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>64</b>	As vagas de estacionamento estão devidamente sinalizadas de acordo com o Símbolo Internacional de Acesso (SIA).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>65</b>	As vagas de estacionamento estão próximas aos acessos de circulação de pedestres, para veículos que transportam PcD e pessoas com mobilidade reduzida.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>66</b>	As reservas de vagas de estacionamento para PcD estão em locais próximos à entrada e saída da universidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>67</b>	Quando ocorre escassez de vagas de estacionamento para alunos com deficiência, é liberado o acesso deles aos estacionamentos específicos para professores e técnico-administrativos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Acessibilidade comunicacional</b>					
<b>1</b>	Os balcões de atendimento estão situados em alturas que facilitem a comunicação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>2</b>	As pessoas falam diretamente com a PcD auditiva para comunicar-se, e não por intermédio dos acompanhantes e/ou intérpretes e tradutores de Libras.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>3</b>	Os computadores nas bibliotecas possuem teclados adaptados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>4</b>	Os computadores nos laboratórios possuem teclados adaptados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>5</b>	Há disponibilidade de órteses (aparelhos ou adaptações fixadas e utilizadas no corpo do aluno), para interação com o computador.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>6</b>	Há computadores com função para escrita dos trabalhos por comando de voz (através da fala).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>7</b>	Faz-se uso de legendas ocultas (closed caption) nos vídeos e documentários apresentados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>8</b>	Há intérprete/tradutor de Libras em vídeos e/ou documentários.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>9</b>	São utilizados recursos visuais para facilitar a apropriação dos conteúdos abordados verbalmente.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>10</b>	Há livros escritos em Braille para todos na biblioteca.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>11</b>	Há serviços de tradução de materiais bibliográficos para o Braille.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>12</b>	Há coleções de audiolivros e/ou livros falados na universidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>13</b>	A biblioteca possui leitores eletrônicos para ouvir os conteúdos do currículo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>14</b>	Os docentes fazem uso da audiodescrição, ou seja, da tradução falada da imagem.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>15</b>	É fornecido a caixa que auxilia nos cálculos matemáticos (sorobã).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>16</b>	São disponibilizados pela universidade auxílios ópticos (lentes, lupas e telelupas).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>17</b>	Nos computadores da biblioteca e dos laboratórios há instalados softwares leitores de tela, leitores de texto e ampliadores de tela.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>18</b>	Há na universidade hardwares como impressoras em Braille, lupas eletrônicas, linha Braille (dispositivo de saída do computador com agulhas táteis).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>19</b>	Há nos elevadores placas Braille para acesso às informações.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>20</b>	Há máquinas e scanners ópticos que facilitem a leitura de um texto impresso traduzido em fala sintetizada.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>21</b>	Os elevadores apresentam comando de voz.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>22</b>	Os telefones apresentam comando de voz.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>23</b>	Os relógios apresentam comando de voz.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>24</b>	Há sistemas de sinalização ou de comunicação tátil.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>25</b>	São oferecidos treinamentos e capacitações aos servidores que trabalham com atendimento ao público.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>26</b>	É aceito e facilitado em trâmites oficiais, o uso da Libras, do Braille, da comunicação aumentativa e/ou alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das PcD.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>27</b>	São adquiridos continuamente mobiliário e dispositivos de acessibilidade na comunicação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>28</b>	Há desenvolvimento e disponibilização de materiais didáticos/pedagógicos e bibliográficos acessíveis, como gravações em Libras e audiodescrição, de acordo com demanda identificada.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>29</b>	Há recursos financeiros e estruturais para funcionamento adequado do núcleo de acessibilidade e das bibliotecas para atendimento das especificidades das PcD.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>30</b>	Elabora-se material impresso e digital para divulgação nos canais de comunicação dos serviços prestados pelo núcleo de acessibilidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>31</b>	Há serviços de digitalização, conversão e ampliação de materiais bibliográficos tanto impressos quanto digitais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>32</b>	Há computadores adaptados com softwares leitores e ampliadores de tela.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>33</b>	Há serviço de impressão em Braille.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>34</b>	Há disponibilização de lupa ampliadora digital portátil.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>35</b>	Há na biblioteca sinalização interna e externa, realocação de espaços individuais para pesquisa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>36</b>	Há disponibilização do repositório nacional de material digital.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>37</b>	Há barras de menus de acessibilidade nas páginas e portais da universidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>38</b>	Há um sistema para acessibilidade na web que permite personalizar as páginas, assim deixando-as mais acessíveis para qualquer usuário.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>39</b>	Há intérpretes/tradutores de Libras e docentes para ministração da disciplina de Libras.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>40</b>	Há uma central de atendimento a fim oferecer serviços de intérpretes e tradutores de Libras à comunidade acadêmica.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>41</b>	É oferecido serviço de interpretação/tradução de Libras em eventos científicos, acadêmicos e comemorativos para se comunicar com as PcD auditiva/surdo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>42</b>	É oferecido serviço de interpretação/tradução de Libras em cursos de graduação e pós-graduação para se comunicar com as PcD auditiva/surdo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>43</b>	É oferecido serviço de interpretação/tradução de Libras em atividades internas da universidade como reuniões, defesas de teses e dissertações, formaturas a fim de se comunicar com as PcD auditiva/surdo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>44</b>	É oferecido serviço de interpretação/ tradução de Libras em manifestações públicas, pronunciamentos e divulgações oficiais, etc. para se comunicar com as PcD auditiva/surdo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>45</b>	Há participação dos profissionais intérpretes e tradutores de Libras em atividades didático-pedagógicas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>46</b>	Há participação dos profissionais intérpretes e tradutores de Libras em atividades avaliativas, congressos acadêmicos e eventos culturais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>47</b>	Há participação dos profissionais intérpretes e tradutores de Libras em serviços e atividades oferecidos pela instituição.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>48</b>	Há interpretação/tradução em Libras de textos e conteúdos que estão nos portais da instituição.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>49</b>	A universidade dispõe de audiodescriptores (recursos tecnológicos e humanos) de modo a atender satisfatoriamente a demanda existente ou que vier a existir.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>50</b>	Há capacitação para tradutores e intérpretes de Libras e de outras línguas, de guias-intérpretes, de profissionais habilitados em Braille, em audiodescrição, em estenotipia e em legendagem, transcritores, leitores e copistas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>51</b>	A universidade viabiliza o acesso das PcD aos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>52</b>	Os intérpretes/tradutores de Libras têm acesso previamente ao conteúdo que será abordado na sala de aula ou em eventos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>53</b>	O currículo está adaptado conforme as necessidades das PcD. No caso de não ser possível essa adaptação, a aprendizagem está embasada na compreensão dos fundamentos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>54</b>	Há sinalização em lugar visível sobre o direito de atendimento prioritário das PcD ou com mobilidade reduzida.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>55</b>	Na elaboração de vídeos, são inseridas janelas de Libras para tradução e adaptação de conteúdos para discentes surdos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Acessibilidade metodológica</b>					
<b>1</b>	Busca-se conhecer os alunos com deficiência, procurando estabelecer um vínculo de apoio para facilitar o processo de ensino-aprendizagem, bem como conhecer quais são suas necessidades, fortalezas e desafios na sala de aula.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>2</b>	Procura-se compreender o histórico de dificuldades e/ou alto desempenho das PcD nas diversas áreas do conhecimento e a elaboração de estratégias para suprimir as possíveis barreiras no processo de sua inserção no meio acadêmico.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>3</b>	A universidade oferta nos projetos pedagógicos dos cursos, levando em consideração as especificidades formativas destes, medidas relacionadas à metodologia, material didático e avaliação que garantam, em condições de equidade, igualdade, permanência, exercício pleno no ensino e aprendizagem de discentes com deficiência.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>4</b>	Há suporte aos docentes que acompanham os alunos com deficiência através de sugestões e de metodologias alternativas, métodos de ensino-aprendizagem, etc.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>5</b>	Permite-se adaptações pedagógicas e avaliativas que considerem as características e particularidades das PcD.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>6</b>	Busca-se conhecer e reconhecer os estilos de aprendizagem, bem como as inteligências múltiplas das PcD, assim, favorecendo o desempenho acadêmico.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>7</b>	São elaborados planos de desenvolvimento individuais para os alunos com deficiência, a fim de orientar procedimentos corretos de acessibilidade e adequação pedagógica em sala de aula.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>8</b>	São consideradas as questões inerentes a acessibilidade na seleção das plataformas ou ambientes virtuais de aprendizagem, na definição das atividades, nos recursos e na avaliação da aprendizagem.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>9</b>	Fomenta-se pesquisas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva estabelecendo parceria com instituições sem fins lucrativos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>10</b>	Há condições de acesso, serviços de apoio, recursos e auxílios de acessibilidade voltada à eliminação das barreiras metodológicas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>11</b>	Há serviço de adaptação de provas em formato acessível.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>12</b>	Há disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis (gravações em Libras e audiodescrição).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>13</b>	Há apoio especializado no que diz respeito ao intérprete/tradutor de Libras de acordo com a necessidade educacional específica.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>14</b>	Há apoio especializado no que diz respeito ao leitor/transcritor de acordo com a necessidade educacional específica.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>15</b>	Adota-se critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação, levando em conta a singularidade linguística da PcD (auditiva e visual), no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>16</b>	A comunidade é incentivada a realizar publicações e produção de materiais bibliográficos com conhecimentos que promovam informações sobre as deficiências e eficiências das PcD, e ainda propostas didático-pedagógicas para a inclusão.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>17</b>	Para assegurar a aprendizagem das PcD visual, a universidade disponibiliza softwares que os permita utilizar com autonomia os aplicativos computacionais, através da leitura de menus e telas por um sintetizador de voz, podendo esse recurso ser utilizado para aplicação de provas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>18</b>	Para assegurar a aprendizagem das PcD visual, a universidade disponibiliza material em Braille.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>19</b>	Para assegurar a aprendizagem das PcD visual, a universidade disponibiliza softwares de ampliação de tela e equipamentos para ampliação de textos para atendimento ao aluno com visão subnormal.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>20</b>	Para assegurar a aprendizagem das PcD visual, a universidade disponibiliza gravadores e régua Braille.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>21</b>	No que se refere aos laboratórios de informática para acessibilidade metodológica das PcD visual, busca-se instalar programas leitores de tela.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>22</b>	As carteiras, mesas, armários entre outros das salas de aula são dispostas de maneira que propicie melhor a locomoção e visibilidade da aula explanada.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>23</b>	Os docentes esforçam-se para compreender socialmente o contexto de cada aluno com deficiência, com propósito de desenvolver metodologias eficientes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>24</b>	Os docentes descrevem os recursos educacionais (tabelas ou gráficos) durante as aulas e no material de apoio utilizado, como slides, esquemas, sínteses, etc.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>25</b>	No momento de apresentações audiovisuais os docentes buscam ter o cuidado com a descrição dos itens, seleção e contraste de cores, efeitos, etc.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>26</b>	No momento da organização, formatação e diagramação de texto, utiliza-se a estruturação em tópicos e observa-se o espaçamento, tamanho e tipologia de fonte, etc. para melhor visualização pelo público.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>27</b>	Os docentes estão atentos à disponibilização dos materiais didáticos estarem em formato digital e acessível.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>28</b>	Os professores conseguem facilmente adquirir materiais didáticos acessíveis através da biblioteca.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>29</b>	O conteúdo programático exposto em sala de aula (em slides ou no próprio quadro) é entregue em material impresso com fonte adequada para a leitura pela PcD visual (baixa visão).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>30</b>	As provas escritas destinadas aos estudantes cegos são feitas de forma acessível a PcD visual, através de computador com softwares leitores de tela e/ou com o auxílio de um bolsista para servir de leitor e escriba.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>31</b>	Os conteúdos visuais que não podem ser descritos, são adquiridos já adaptados em relevo (a exemplo dos mapas).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>32</b>	Promove-se acesso e treinamento das PcD visual, seus monitores e estagiários para a utilização de softwares como leitores de tela, conversores de textos, etc.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>33</b>	Realiza-se capacitações para técnicos elaborarem materiais de orientação para produção de materiais acessíveis às pessoas cegas, e que possam ser lidos por pessoas com baixa visão.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>34</b>	Disponibiliza-se no formulário de inscrição de processos seletivos, concursos, etc. campos específicos para que a PcD informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>35</b>	Disponibiliza-se os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados às necessidades e demandas das PcD da universidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Acessibilidade instrumental</b>					
<b>1</b>	Há auxílio financeiro de óculos/visão para PcD visual.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>2</b>	Há auxílio financeiro para aquisição de próteses auditivas para PcD auditiva.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>3</b>	Há auxílio financeiro para aquisição de próteses e órteses para PcD física.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>4</b>	A universidade dispõe das seguintes tecnologias assistivas:				
<b>4.1</b>	Iluminação especial (aquisição de luminárias individuais e/ou priorizar a alta iluminação nos espaços utilizados por esse público).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>4.2</b>	Carteira adaptada com a mesa inclinada.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>4.3</b>	Caderno de pauta ampliada.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
4.4	Lunetas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.5	Lupas tradicionais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.6	Lupas ampliadoras digitais portáteis.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.7	Réguas de escrita (reglete e punção).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.8	Calculadoras que falam a resposta.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.9	Conjuntos de sólidos geométricos para aula de geometria.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.10	Gravadores.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.11	Sorobã (instrumento para cálculos).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.12	Teclados em Braille.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.13	Livros escritos em Braille com ilustração em alto relevo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.14	Impressora em Braille.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.15	Maquetes e cola para marcar relevo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.16	Scanner leitor de livros.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.17	Scanner digitalizador de imagens.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.18	Folheador de páginas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.19	Mouses verticais para pessoas com tendinite (destro e canhoto).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.20	Outros mouses adaptados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.21	Mouse pad ergonômico com apoio em gel.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.22	Apoio de pulso para teclado ergonômico em gel.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.23	Teclado ampliado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.24	Apoio ergonômico ajustável para os pés.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>4.25</b>	Mesas adaptadas para pessoas que utilizam cadeiras de rodas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>4.26</b>	Carteira (s) adaptada(s) com espaço amplo e acessível.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>4.27</b>	Softwares e/ou aplicativos nos dispositivos da instituição disponíveis para transcrição eletrônica em tempo real das falas em texto.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Acessibilidade programática</b>					
<b>1</b>	Há vagas específicas para PcD nas bolsas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>2</b>	O exercício das horas semanais exigidas nos editais das bolsas, é um agravante para as PcD que impedem seus ingressos nas bolsas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>3</b>	Os locais das reuniões periódicas das bolsas são de fácil acesso.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>4</b>	Há no ato de entrega das documentações referentes a processos seletivos de estudantes, intérprete/tradutor de Libras para atendimento às PcD auditiva.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>5</b>	Há intérpretes/tradutores de Libras nas reuniões semanais exigidas pela bolsa, no caso de haver PcD auditiva.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>6</b>	As plataformas de submissão de propostas de ações da universidade, são acessíveis em Libras e em softwares leitores e/ou ampliadores de tela.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>7</b>	São aceitas submissões de propostas de ações escritas em Braille.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>8</b>	A universidade deve aceitar a entrega de relatórios e/ou frequência mensal escritos em Braille, bem como dispor de pessoas capacitadas na tradução para o português no ato do recebimento.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>9</b>	Há tradutores do Braille para língua portuguesa e vice-versa na universidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>10</b>	São disponibilizados modelos de frequências mensais acessíveis a leitores e/ou ampliadores de tela.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>11</b>	Os documentos exigidos no ato de adesão da bolsa são disponibilizados em versão Braille.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>12</b>	Há dificuldades para com às PcD na execução dos planos de trabalho exigidos pelos articuladores das ações da universidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>13</b>	Reserva-se percentual mínimo de 5% de cotas para PcD em concursos e demais editais de participação em programas de bolsas e estágios remunerados.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>14</b>	Os editais de abertura e retificações são disponibilizados em formato acessível para PcD, inclusive em Libras e em Braille.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>Acessibilidade atitudinal</b>					
<b>1</b>	Organizam a sala de aula em semicírculo, a fim de facilitar a mobilidade da PcD física.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>2</b>	As PcD participam das discussões sobre projetos de reforma ou novas construções buscando contribuir para a garantia da acessibilidade na instituição.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>3</b>	Há respeito no atendimento prioritário nos balcões de atendimento da universidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>4</b>	As pessoas evitam estacionar o automóvel em frente às rampas ou em locais reservados às PcD.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>5</b>	Há preparação de materiais didáticos específicos para promover a autonomia acadêmica das PcD.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>6</b>	Há sempre um profissional intérprete/ tradutor de Libras à disposição das pessoas surdas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>7</b>	As pessoas são conscientizadas a conversarem diretamente com a PcD e, não por intermédio dos acompanhantes e/ou intérpretes/tradutores.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>8</b>	A comunidade acadêmica normalmente ajuda a PcD visual no reconhecimento dos ambientes e dos objetos ao seu redor.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>9</b>	Há orientação para as PcD da maneira mais clara possível sobre quais direções deve seguir.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>10</b>	Há atitudes de inclusão em atividades de campo e sociais na universidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>11</b>	São realizadas ações de conscientização a respeito das vagas de estacionamento.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>12</b>	A comunidade acadêmica já se utiliza do termo (abre apóstrofo) 'Pessoas com Deficiência' (fecha apóstrofo) ao invés do termo obsoleto 'portadores de deficiência'.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>13</b>	Há projeto de comunicação para divulgação de ações de acessibilidade que ocorrem na instituição.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>14</b>	Há projetos de informação, sensibilização e conscientização da comunidade acadêmica, sobre o convívio com a diferença e da educação como direito de todas as pessoas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>15</b>	São promovidas campanhas institucionais de conscientização que geraram um sentimento de pertencimento da PcD.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>16</b>	É garantido o atendimento prioritário às PcD nos diferentes setores da universidade, bem como ter elas como prioridade na alocação de salas, alojamentos, laboratórios de informática, laboratórios de pesquisa e demais espaços de uso comum na universidade, os quais garantam a supressão de obstáculos que impedem a autonomia desse público.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>17</b>	Há apoio e orientação individual aos alunos com deficiência sobre os seus direitos e regras internas da instituição, bem como sobre sua acessibilidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>18</b>	Os serviços ofertados pela universidade não negam ou criam distinções devido a deficiência do solicitante, reconhecendo assim sua capacidade legal plena de acessibilidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>19</b>	É assegurado que as PcD não sofram qualquer discriminação em razão de sua condição de deficiência.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>20</b>	Em casos de denúncias de práticas discriminatórias às PcD, os procedimentos são realizados de forma rápida e eficaz para apuração e responsabilização dos envolvidos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>21</b>	Há ações voltadas a grupos de estudos que analisam as particularidades das PcD, e dos cursos oferecidos pela universidade para garantir acessibilidade em seus espaços.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>22</b>	Nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, é priorizado a alocação de espaço físico de fácil acesso para estudantes com deficiência.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>23</b>	São estabelecidos critérios de avaliação para assistência estudantil que considerem a realidade social e específica das PcD.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>24</b>	Há incentivo através de ações para a integração de conteúdos temáticos e/ou componentes curriculares relacionados à acessibilidade e inclusão das PcD nas diretrizes curriculares dos cursos e nos programas de capacitação para gestores e servidores da universidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>25</b>	É incentivada a elaboração de projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionados às inovações metodológicas, tecnológicas, práticas e produtos proporcionando a melhoria da qualidade de vida e inclusão social no contexto pessoal, acadêmico e laboral das PcD.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>26</b>	Oferta-se, regularmente, disciplinas sobre a temática da acessibilidade, a fim de atender à transversalidade no tema, em todos os cursos da universidade, conforme suas especificidades.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>27</b>	Está inserida e é acompanhada a disciplina de Libras nos projetos pedagógicos dos cursos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>28</b>	São promovidos projetos de cunho educativo em escolas de nível básico a fim de propor a realização de oficinas, palestras, minicursos, etc.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>29</b>	São realizados eventos sobre acessibilidade e inclusão no ensino superior para aprofundar a compreensão institucional sobre o assunto e conscientizar o corpo acadêmico acerca de sua importância.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>30</b>	Promove-se cursos, palestras, oficinas, encontros, etc. sobre temas da acessibilidade e/ou a eles relacionados para melhor explanação das temáticas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>31</b>	Há interação entre grupos de pesquisas em educação inclusiva e acessibilidade das PcD, com o propósito de expandir as pesquisas e fortalecer trabalhos colaborativos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>32</b>	São divulgadas ações dos núcleos de acessibilidade da universidade em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais, por meio de publicações científicas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>33</b>	Os eventos científicos, acadêmicos, comemorativos e oficiais buscam oferecer acessibilidade, incluindo solicitação de intérprete/tradutor em Libras e audiodescrição nos elementos audiovisuais.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>34</b>	São ofertadas capacitações em Libras, Braille e Sorobã, para discentes e servidores da instituição.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>35</b>	São atendidas as demandas da educação inclusiva na universidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>36</b>	Há formação continuada sobre temas relacionados à acessibilidade e inclusão aos setores que compõem a comunidade universitária.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>37</b>	Há pessoal capacitado para prestar pronto atendimento às PcD, bem como às pessoas com mobilidade reduzida, idosas, obesas, gestantes.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>38</b>	Há possibilidade de os alunos que passarem à condição de PcD após seu ingresso na universidade poderem solicitar a readaptação, conforme suas necessidades e interesses, para outros cursos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>39</b>	É concedido para a PcD prorrogação no prazo de permanência nos cursos, desde que não ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do tempo máximo estabelecido para conclusão do curso.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>40</b>	Para as pessoas com altas habilidades e superdotação são assegurados métodos, técnicas e recursos para atendimento às suas necessidades educacionais específicas para conclusão do curso de graduação ou pós-graduação em menor tempo, caso seja mais viável.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>41</b>	Nos programas de pós-graduação reservam-se vagas para PcD nos editais de seleção, bem como bolsas de estudo, observando-se a proporcionalidade de bolsas disponíveis.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>42</b>	Incentiva-se a criação de auxílios para alunos com deficiência que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que tenham perfil da assistência estudantil.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

<b>Checklist - Critérios para avaliação da política institucional de acessibilidade e inclusão</b>		<b>S</b>	<b>N</b>	<b>P</b>	<b>N/A</b>
<b>43</b>	Há obstáculos que possam atrapalhar a locomoção, autonomia e independência da PcD, por exemplo, no caso da obstrução de rampas ou estacionar nas vagas exclusivas para esse público.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>44</b>	Os eventos culturais e espaços de conhecimentos são acessíveis às PcD (músicas, peças teatrais, recitais, centros culturais, bibliotecas, etc.).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>45</b>	Há acesso da PcD, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer no âmbito da universidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>46</b>	Há transparência e publicização da informação pública relativa aos serviços de apoio e ações voltadas para as PcD.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>47</b>	Assegura-se a acessibilidade em todo o processo de realização de análise socioeconômica e de atendimento prioritário.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>48</b>	O PDI da universidade contempla ações de acessibilidade presentes na política institucional de acessibilidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>49</b>	Realiza-se avaliações periódicas sobre a satisfação da comunidade em geral e as PcD sobre as questões de acessibilidade.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>50</b>	Admitisse entrada e permanência de cão-guia junto de PcD ou de treinador mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Fonte: elaborado pela autora conforme as ações/atitudes da seção anterior.

Sugere-se que este *checklist*, seja aplicado em amostragens diferenciadas dos públicos existentes na universidade, por exemplo,

averiguar a percepção da acessibilidade de acordo com as próprias PcD primeiramente, e ademais com os servidores, docentes e outros discentes.

Também recomenda-se que o *checklist* seja aplicado após o estabelecimento da política de acessibilidade e inclusão das PcD, proposta neste guia. Entretanto, apesar de tal *checklist* ter sido idealizado para fins avaliativos, há também a possibilidade de utilizá-lo para fins de diagnóstico prévio com as devidas reformulações necessárias.

Além disso, acredita-se que a aplicação do *checklist* facilitará o aprimoramento da política de acessibilidade e inclusão das PcD, implantada na universidade, e assim permitindo a cultura do respeito, da aceitação e, conseqüentemente, a inclusão das PcD no âmbito acadêmico.



Ilustração de Freepik/Flaticon.

# 8

## Considerações finais

(abre aspas) “Diversidade é o acesso das diferenças ao meio social; inclusão é torna-las participantes deste meio”  
(fecha aspas).

(abre aspas) “A pior deficiência é a moral, pois para caráter amputado, a solução é: Deus e a fé, resultando no amor ao próximo”  
(fecha aspas).

Bárbara L. A. Filgueira

A acessibilidade e inclusão são conceitos que circunscrevem o sentido de tornar acessível e igualitário um espaço, objeto ou grupo social para todas as pessoas. Desse modo, propõe possibilidades de transpor barreiras e promover a participação efetiva e autônoma das PcD. Além disso, estabelece condições de acesso para uso de produtos e serviços, a fim de garantir que possam ser acessados pela maior quantidade de pessoas.

Pensando nisso, depreende-se que a política de acessibilidade pode ser um instrumento que fundamenta a inclusão das PcD no âmbito da universidade, trazendo consigo estratégias que contribuem para efetivação da legislação nacional vigente. Já na perspectiva social, o desenvolvimento dessa política assegura não somente o ingresso, mas também a permanência das PcD e conclusão de seus cursos nas universidades.

Logo, acredita-se que este guia idealizado por uma Bibliotecária, tem potencial como fonte de informação para consulta das universidades públicas federais, no que concerne ao desenvolvimento e consolidação não apenas da política de acessibilidade, mas também da cultura inclusiva no meio acadêmico, através da disseminação desse conteúdo.

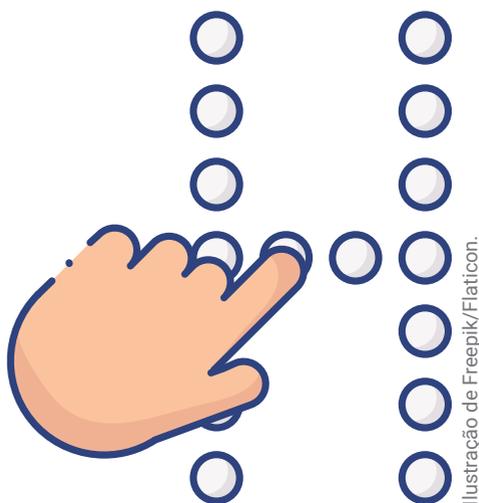


Ilustração de Freepik/Flaticon.

# Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das PcD e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 9 jun. 2008.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 20 dez. 1999.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as PcD. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 8 out. 2001.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 2 dez. 2004.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua

Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 22 dez. 2005b.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 17 nov. 2011a.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 17 nov. 2011b.

BRASIL. Decreto nº 9.404, de 11 de junho de 2018. Altera o Decreto nº 5.296, de 2 dezembro de 2004, para dispor sobre a reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares para PcD, em conformidade com o art. 44 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **DOU**, Brasília: Senado Federal, 11 jun. 2018a.

BRASIL. Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018. Promulga o Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 8 out. 2018b.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 30 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 10.645, de 11 de março de 2021. Regulamenta o art. 75 da Lei nº 13.146, de 6 julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 11 mar. 2021a.

BRASIL. **Documento orientador**: Programa Incluir: acessibilidade na educação superior SECADI/SESu-2013. 2013. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/sesu/pdf/documento\\_orientador\\_programa\\_incluir.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/sesu/pdf/documento_orientador_programa_incluir.pdf). Acesso em: 24 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 4.169, de 4 de dezembro de 1962. Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o código de contrações e abreviaturas Braille. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 4 dez. 1962.

BRASIL. Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985. Torna obrigatória a colocação do símbolo internacional de acesso em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiências e dá outras providências. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 12 nov. 1985.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 24 out. 1989.

BRASIL. Lei nº 8.160, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 8 jan. 1991.

BRASIL. Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994. Concede passe livre às pessoas PcD no sistema de transporte coletivo interestadual. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 29 jun. 1994.

BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **DOU**. Brasília: Senado Federal, 8 nov. 2000a.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 19 dez. 2000b.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e dá outras providências. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 24 abr. 2002.

BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 30 out. 2003a.

BRASIL. Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005. Dispõe sobre o direito da PcD visual e/ou de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 27 jun. 2005a.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º

do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 11 dez. 2011c.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 29 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 25 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). **DOU**, Brasília: Senado Federal, 6 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para PcD nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 28 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021. Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 22 mar. 2021b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 976, de 5 de maio de 2006**. Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos do Ministério da Educação, conforme Decreto nº 5.296 de 2004. 5 maio 2006.

BRASIL. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. 7 nov. 2003b.

BRASIL. **Portaria nº 2.344, de 3 de novembro de 2010**. A alteração do termo portador para pessoa com deficiência, foi publicada na portaria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Essa portaria oficializa o uso do termo Pessoa com deficiência. 3 nov. 2010.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 14, de 24 de abril de 2007**. Programa incluir: Acessibilidade na Educação Superior. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial - SEESP e Secretária de Educação Superior - SESU, 2007.

CHAZAN, Guilherme Goldstein. **Esclarecendo as necessidades de pessoas com deficiência através de vídeo acessível**. 2013. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CONFEDERACIÓN ESTATAL DE PERSONAS SORDAS. Accesibilidad a la Información y a la comunicación. 2013. Disponível em: [http://www.cnse.es/psordas.php?id\\_seccion=4](http://www.cnse.es/psordas.php?id_seccion=4). Acesso em: 25 ago. 2021.

FERREIRA, Solange Leme. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidade educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 13, n. 1, p. 43-60, jan./abr. 2007. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382007000100004>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382007000100004&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382007000100004&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 25 ago. 2021.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. O que é deficiência? [2021?]. Disponível em: <https://fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/o-que-e-deficiencia/>. Acesso em: 29 jun. 2021.

GRACIOLA, Ana Rita. **Acessibilidade comunicacional**: os processos de comunicação na inclusão social de pessoas com deficiência. 2014. 62 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2014.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Esclarecendo as deficiências**: aspectos teóricos e práticos para contribuição com uma sociedade inclusiva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008. 192 p.

MORAIS, Ieda Maria da Silva. **Sorobã**: suas implicações e possibilidades na construção do número e no processo operatório do aluno com deficiência visual. 2008. 160 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

NAMBU, Tais Suemi. **Construindo um mercado de trabalho inclusivo**: guia prático para profissionais de recursos humanos. São Paulo: Sorri-Brasil; Brasília: CORDE, 2003. 52 p.

NICOLETTI, Tamini Farias. **Checklist para bibliotecas**: um instrumento de acessibilidade para todos. 2010. 98 p. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28114>. Acesso em: 30 nov. 2020.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. International Classification

of Diseases: ICD-11 for Mortality and Morbidity Statistics. 2018. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/lm/en>. Acesso em: 31 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. **Programa de ação mundial para as pessoas deficientes**. Resolução 37/52, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 3 de dezembro de 1982. Nova Iorque: ONU, 1982. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ProgAcMundPessDef.html>. Acesso em: 4 fev. 2020.

PONTE, Aline Sarturi; SILVA, Lucielem Chequim da. A acessibilidade atitudinal e a percepção das pessoas com e sem deficiência. **Cadernos de Terapia Ocupacional**, UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 261-271, 2015. DOI 10.4322/0104-4931.ctoAO0501. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/851>. Acesso em: 1 ago. 2020.

RESENDE, Marineia Crosara de. **Atitudes em relação ao idoso, a velhice pessoal e ao portador de deficiência física em adultos portadores de deficiência física**. 2001. 89 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2001.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. Inclusão: **Revista de Educação Especial**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 19-23, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2020.

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel; MELLO, Anahi Guedes de. Nem toda pessoa cega lê em Braille nem toda pessoa surda se comunica em língua de sinais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 369-386, maio/ago. 2007. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022007000200013>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022007000200013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022007000200013). Acesso em: 25 ago. 2021.

UFRN. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução nº 026/2019-CONSUNI**. Institui a Política de Inclusão e Acessibilidade para as Pessoas com Necessidades Específicas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal-RN: MEC, 11 dez. 2019. Disponível em: [https://www.ufrn.br/resources/documentos/politicas/politica\\_de\\_inclusao\\_e\\_acessibilidade.pdf](https://www.ufrn.br/resources/documentos/politicas/politica_de_inclusao_e_acessibilidade.pdf). Acesso em: 24 ago. 2021.

UFRRJ. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **Minuta da proposta de diretrizes de acessibilidade e inclusão da UFRRJ para audiência.** Institui a Proposta de Diretrizes sobre Acessibilidade e Inclusão para as Pessoas com Deficiência na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica-RJ, maio 2020. Disponível em: <https://portal.ufrrj.br/wp-content/uploads/2020/02/Minuta-da-proposta-de-diretrizes-de-acessibilidade-e-inclus%C3%A3o-da-UFRRJ-para-audi%C3%Aancia.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2021.

UFSC. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Guia de orientações básicas sobre gênero, deficiência e acessibilidade.** 2013. Disponível em: <https://generoociencias.paginas.ufsc.br/files/2013/09/cartilha-on-line-final.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2021.

UNESCO. Declaração de Incheon. **Educação 2030:** rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Incheon, Coreia do Norte: Fórum Mundial de Educação, 2015. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137_por). Acesso em: 2 jun. 2021.

UNESCO. **The salamanca statement and framework for action on special needs education.** Genebra: Unesco, 1994. [Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Traduzido por: Edilson Alkmin Cunha, Brasília: Corde, 2007]. Disponível em: [http://www.unesco.org/education/pdf/SALAMA\\_E.PDF](http://www.unesco.org/education/pdf/SALAMA_E.PDF). Acesso: 27 nov. 2020.

UNIFESP. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Resolução nº 164, de 14 de novembro de 2018.** Dispõe sobre a Política de Acessibilidade e Inclusão na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). São Paulo-SP, CONSU, 14 nov. 2018. Disponível em: <https://acessibilidade.unifesp.br/documentos/politica-de-inclusao-unifesp>. Acesso em: 24 ago. 2021.

UNIRIO. UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Plano de acessibilidade.** Rio de Janeiro-RJ, Pró-Reitoria de Planejamento, 2017. 66 f. Disponível em: <http://www.unirio.br/acessoinformacao/arquivos/plano-de-acessibilidade>. Acesso em: 24 ago. 2021.

VAGNER, Joselma. Direitos e benefícios fiscais e tributários aos portadores de visão monocular. **Revista Jus Navigandi**, não paginado, 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/64058/direitos-e-beneficios-fiscais-e-tributarios-aos-portadores-devisao-monocular>. Acesso em: 31 jul. 2020.



**Anexo:**

# Ilustrações de alguns instrumentos de acessibilidade



**Luminária individual**



**Carteira adaptada com a mesa inclinada**



**Caderno de pauta ampliada**



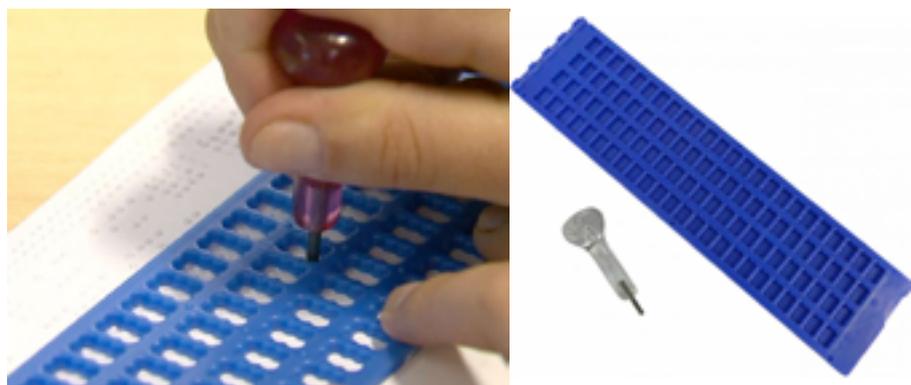
## Luneta



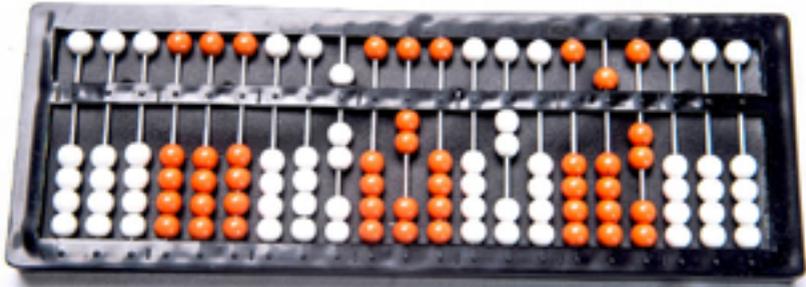
## Lupa tradicional



Lupa ampliadora digital portátil



Réguas de escrita (reglete e punção)



Sorobã



Teclado com linhas Braille



**Teclado ampliado**



**Impressora em Braille**



Scanner leitor de livros



Scanner digitalizador de imagens



**Folheador de Páginas**



**Mouse vertical**



**Mouse pad ergonômico com apoio em gel**



**Carteira adaptada com espaço amplo e acessível**



**Apoio de pulso para teclado ergonômico em gel**



**Apoio ergonômico ajustável para os pés**



**Mesa para pessoas que utilizam cadeiras de rodas**

Obs.: ilustrações pesquisadas no [Google Imagens](https://www.google.com/search?q=Google+Imagens).







**UFCA**  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CARIRI